

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IRIS MARLY BEZERRA LEITE FERREIRA

**A ATENÇÃO AO MIGRANTE VENEZUELANO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL BRASILEIRA**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2022

IRIS MARLY BEZERRA LEITE FERREIRA

**A ATENÇÃO AO MIGRANTE VENEZUELANO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ma. Marcia de Sousa Figueiredo.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2022

IRIS MARLY BEZERRA LEITE FERREIRA

**A ATENÇÃO AO MIGRANTE VENEZUELANO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ma. Marcia de Sousa Figueiredo.

Data de aprovação: 22 / 06 / 2022

Banca Examinadora

Prof.^a Ma. Marcia de Sousa Figueiredo
Orientadora

Prof.^a Esp. Francisca Helaide Mendonça (UNILEÃO)
Examinador(a) 1

Prof. Esp. Pedro Adjedan David de Sousa (UNILEÃO)
Examinador(a) 2

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2022

“Dedico esta pesquisa aos meus familiares que me apoiaram e demonstraram seu amor para comigo durante esta jornada. Dedico também aos migrantes, em particular aos venezuelanos, que foram o tema central deste trabalho e principal fonte de inspiração para a realização do mesmo”.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui a minha gratidão a Deus, Pai Eterno, que em sua grande misericórdia deu-me a vida e tem cuidado de mim de forma maravilhosa por todos esses anos. Sou grata a Jesus Cristo, meu Senhor e Salvador, o qual sendo perfeito, sem pecado entregou-se em sacrifício para que eu fosse poupada e eu sei que por intermédio de Sua Graça, sou salva. Agradeço a influência do Espírito Santo por levar-me de encontro ao meu Pai Celeste e mesmo que eu tenha passado por caminhos tortuosos, agora repouso tranquila nos átrios do Senhor.

Aos meus pais por juntos terem me trazido a este mundo e principalmente à minha vigorosa mãe, Francineth, que por vezes sacrificou seus sonhos e vontades próprias para proporcionar a mim e as minhas irmãs o melhor sempre. Agradeço pelo seu esforço árduo, pelo seu amor demonstrado a partir de pequenos gestos e ações. Que a finalização desta graduação possa ser, em algum nível, uma forma de retribuição por todo o seu zelo.

Às minhas irmãs Lara e Isadora que desde a infância estiveram comigo, que me acompanhavam enquanto eu estudava e sempre estavam à minha espera no fim de todas as noites. Vocês são pequenas mulheres preciosas.

Ao meu amado esposo, Enilson Júnior, que tem me apoiado na maior parte desta jornada. Sem seu amor, suporte, paciência, incentivo, cuidado e orientação eu não teria conseguido manter-me focada e livre para prosseguir essa pesquisa. Você é o melhor amigo que eu poderia ter.

A minha querida tia e madrinha Aldair, que em muito contribuiu em minha vida, desde a minha tenra idade. Sou grata por todos os cuidados, as alegrias, as experiências e os bons momentos que me proporcionaste. Com certeza há um pouco de ti em mim.

Aos meus queridos sogros por me adotarem como filha, por cuidarem de mim e me acolherem em vários momentos, sem pensar duas vezes. Com ênfase para meu sogro, Enilson Sênior, por ter feito os melhores almoços e causado as interrupções mais divertidas e inoportunas.

À minha professora e orientadora Marcia Figueiredo, que me apoiou, me conduziu e acreditou em mim. Obrigada por toda ajuda despendida desde o primeiro semestre. Você é uma mulher inspiradora.

Ao professor Pedro Adjedan por aceitar fazer parte da banca de avaliação e por todas as contribuições feitas em sala de aula e fora dela.

À professora Helaide Mendonça pela gentileza em aceitar o convite de compor a banca avaliadora e pelas aulas que em muito contribuíram e enriqueceram esta pesquisa.

A todos os meus familiares, principalmente àqueles que torceram por mim e acompanharam com entusiasmo essa jornada.

A todos aqueles que passaram pela minha vida durante esta jornada acadêmica. Amigos, colegas de classe e de campus. Todas as experiências vividas e todas as pessoas que conheci me trouxeram até aqui.

Por fim, reconheço uma parcela dessa vitória a mim mesma, pois eu não desisti. Eu tentei mais uma vez, superei questões e situações tão desafiadoras. Mesmo que tenha me parecido tão difícil e impossível, hoje sinto orgulho de mim mesma.

OBRIGADA!

“Se o estrangeiro peregrinar na vossa terra, não o oprimireis. Como o natural, será entre vós o estrangeiro que peregrina convosco; amá-lo-eis como a vós mesmos, pois estrangeiros fostes na terra do Egito. Eu sou o SENHOR, vosso Deus” (Levítico, 19: 33-34).

RESUMO

O presente trabalho surge a partir de um estudo acerca do fenômeno crescente de migração de venezuelanos com destino ao Brasil, da Política Nacional de Assistência Social e da atenção ao migrante. É enfatizado em seu decorrer a situação desse grupo em expansão, que nos últimos anos têm buscado em território brasileiro abrigo transitório ou permanente. Tem por objetivos centrais compreender a migração como expressão da questão social, dos interesses capitalistas, analisar e trazer reflexões sobre a construção da PNAS e de seu público usuário, bem como da aplicação dessa política ao público migrante, pois além de ser uma população crescente, também traz em sua bagagem situações de risco e vulnerabilidades vivenciadas no seu país de origem – o que, de fato, acaba por ocasionar o fluxo de saída – que podem ser agravadas durante o processo migratório e perpetuar-se ao adentrar em um país novo. Dessa forma, propõe-se discutir as causas da migração e a sua ligação intrínseca ao sistema de produção e reprodução capitalista, observando-a como uma expressão da questão social. Busca-se também discorrer a respeito da construção da Política de Assistência Social no Brasil pós Constituição Federal de 1988, as dificuldades vividas pela população venezuelana migrante e os desafios postos a rede socioassistencial conjuntamente a centralidade e a atuação da mesma junto a este público. O percurso metodológico deu-se através de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e a partir de uma abordagem qualitativa, valendo-se também de um caráter qualitativo, pois analisa as informações obtidas acerca do objeto de estudo a partir de um viés valorativo, assim como do olhar subjetivo da autora. No decorrer da pesquisa, autores como Rocha (2020), Yazbek (2018), Sposati (2009), Sayad (1998), Yamamoto (2008) e Bauman (2017) serão utilizados para basear e dar profundidade nos argumentos dispostos. De acordo com as investigações e análises feitas nesta pesquisa, foi possível a obtenção da compreensão de que o aumento no fluxo emigratório da Venezuela é fruto da ampliação da crise econômica mundial acrescida da desvalorização do preço do petróleo venezuelano e, ainda, aliada a instabilidade política vivenciada no país. Quanto aos desafios enfrentados pela rede socioassistencial no Brasil, foi possível identificar que constituem-se como dificuldades principais: a prevenção eficaz de situações que coloquem os imigrantes em situações de vulnerabilidade e risco ou que as acentue; a proteção da violação dos direitos dos imigrantes, e por fim, a dificuldade de ofertar e ordenar um sistema articulado e qualificado que seja eficaz, pautado na intersetorialidade e que trabalhe de maneira engajada.

Palavras-chave: Capitalismo. Questão social. Migração. Venezuelanos. Política Nacional de Assistência Social.

ABSTRACT

This paper arises from a study of the growing phenomenon of migration of Venezuelans to Brazil, the National Policy on Social Assistance and the care of the migrant. It emphasizes the situation of this growing group, which in recent years has sought temporary or permanent shelter in Brazilian territory. Its main objectives are to understand migration as an expression of the social issue, of capitalist interests, to analyze and reflect on the construction of the PNAS and its users, as well as the application of this policy to the migrant public, because besides being a growing population, it also carries in its baggage situations of risk and vulnerabilities experienced in its country of origin - which, in fact, causes the outflow - which can be aggravated during the migration process and perpetuate when entering a new country. In this way, we propose to discuss the causes of migration and its intrinsic connection to the system of production and capitalist reproduction, observing it as an expression of the social issue. It also seeks to discuss the construction of the Social Assistance Policy in Brazil after the 1988 Federal Constitution, the difficulties experienced by the Venezuelan migrant population and the challenges posed to the social assistance network, jointly with its centrality and performance with this public. The methodological path was given through a bibliographic and descriptive research, and from a qualitative approach, also making use of a qualitative character, because it analyzes the information obtained about the object of study from a value bias, as well as the subjective view of the author. During the research, authors such as Rocha (2020), Yazbek (2018), Sposati (2009), Sayad (1998), Iamamoto (2008), and Bauman (2017) will be used to base and give depth to the arguments presented. According to the investigations and analysis carried out in this research, it was possible to obtain the understanding that the increase in the emigration flow from Venezuela is the result of the expansion of the global economic crisis plus the devaluation of the price of Venezuelan oil and, also, allied to the political instability experienced in the country. As for the challenges faced by the social assistance network in Brazil, it was possible to identify that the main difficulties are: the effective prevention of situations that place immigrants in situations of vulnerability and risk or that accentuate them; the protection of the violation of the rights of immigrants, and finally, the difficulty of offering and organizing an articulated and qualified system that is effective, based on intersectorality and that works in an engaged way.

Keywords: Capitalism. Social issue. Migration. Venezuelans. National Policy of Social Assistance.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Ações federais da Assistência Social em situação emergencial aos imigrantes venezuelanos.

Figura 2 – Atuação da Secretária Nacional de Assistência Social doravante os fluxos migratórios no Brasil entre os anos de 2012 a 2015.

Figura 3 – Normativos essenciais.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições.

Quadro 2 – Determinantes.

Quadro 3 – Seguranças afiançadas pela Assistência Social e suas respectivas aplicações.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CADÚNICO** – Cadastro Único
- CF- 88** – Constituição Federal de 1988
- CNAS** – Conselho Nacional de Assistência Social
- CONARE** – Comitê Nacional para os Refugiados
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- ENAP** – Escola Nacional de Administração Pública
- ICMPD** – International Centre for Migration Policy Development (Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias)
- LOAS** – Lei Orgânica de Assistência Social
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
- NOB/SUAS** – Norma Operacional Básica do Suas
- OIM** – Organização Internacional para as Migrações
- PAEFI** – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PAIF** – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- PSB** – Proteção Social Básica
- PSE** – Proteção Social Especial
- SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SNAS** – Secretaria Nacional De Assistência Social
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A MIGRAÇÃO ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	15
1.1 RESGATE HISTÓRICO ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DO ADVENTO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	15
1.2 A MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E OS MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL	23
CAPÍTULO II – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E OS MIGRANTES VENEZUELANOS	30
2.1 CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS CF-88 E DO PERFIL DO SEU PÚBLICO USUÁRIO: VENEZUELANOS TEM VEZ?	30
2.2 DESAFIOS NO ACESSO À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS MIGRANTES VENEZUELANOS EM SOLO BRASILEIRO	39
CAPÍTULO III – “O DESEJO DE NÃO MAIS VOLTAR”: DEBATE SOBRE AS AÇÕES EMERGENCIAIS, PERMANENTES E A ATENÇÃO AOS MIGRANTES NA PNAS	44
3.1 PROCESSO METODOLÓGICO: O CAMINHO DA PESQUISA.....	44
3.2 AÇÕES EMERGENCIAIS E PERMANENTES: A GARANTIA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS PREVISTOS PELA PNAS DOS MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Desde o princípio dos tempos, o ser humano tem buscado condições que lhe permitissem sobreviver e aprimorar a sua vida na terra. Atualmente, dentro do regime capitalista não tem sido diferente: o homem continua sua busca de forma (in)voluntária, no seu território interno ou transcendendo-o, com o intuito de se sobressair de situações onde a manutenção de sua vida ou seu direito de escolha é comprometido.

O Brasil tem registrado um crescimento expressivo no número de pessoas provenientes da Venezuela nos últimos anos, dessa forma, a necessidade de se discutir e compreender as migrações na atualidade é cada vez mais relevante para a sociedade brasileira, pois, aproximadamente, mais de cinco milhões de venezuelanos deixaram seu país de origem. O aumento no fluxo de entrada desses imigrantes no Brasil demonstrou certa fragilidade em lidar com esse público, problemas que surgiram em meio aos processos de acolhimento e de direcionamento dessa demanda numa situação emergencial, mesmo havendo normativas e mecanismos legais que assegurem o suporte e o acesso a direitos aplicáveis a estes casos.

Apesar de possivelmente ser tido como um dos sistemas de assistência social mais amplos do mundo e também de mais fácil acesso, o sistema brasileiro demonstra um background deficitário em alguns aspectos, sobretudo, na percepção do seu público usuário e conseqüentemente no manejo das expressões da questão social postas pela migração internacional, por exemplo. Posto isto, o debate que permeia a vinda dos migrantes venezuelanos para o Brasil inspira importância, pois traz à luz as dificuldades enfrentadas e as possibilidades de intervenção junto a esse público que, por muitas vezes, é invisibilizado e incompreendido pela população brasileira.

Dessa forma, a discussão aqui proposta busca publicizar o debate, sobretudo no âmbito acadêmico, sobre este tema, apontar a relevância dessa onda de migração internacional no sistema de Assistência Social do Brasil e como a atenção ao migrante tem sido desenvolvida. Com base nesse cenário de acirramento das manifestações da questão social ligadas a essa população em expansão, a presente pesquisa faz-se necessária, pois apresenta a Política de Assistência Social brasileira, reflete e pontua a importância da aplicação do que já está previsto nesta política, aliado a formulação de novas formas de acolhimento e enfrentamento das demandas postas pelos migrantes venezuelanos.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, os quais se subdividem em tópicos, possibilitando uma discussão linear e compreensível dos conteúdos apresentados. O primeiro capítulo aborda a migração enquanto resultante da questão social, que por sua vez, é um produto das transformações proporcionadas pelo sistema capitalista. Sendo assim, um resgate histórico do surgimento da questão social e da influência do capitalismo se faz necessária para se compreender os fluxos migratórios na contemporaneidade, com destaque para a migração de venezuelanos.

O segundo capítulo traz um debate acerca da construção da Constituição Federal brasileira de 1988, onde a Política de Assistência Social no Brasil é integrada no âmbito da Seguridade Social e assume novos contornos, frisando principalmente a construção do perfil de seu público usuário, como a população migrante é inserida em seu aporte, quais são os desafios no acesso à PNAS e as dificuldades enfrentadas pelos venezuelanos ao adentrarem as terras brasileiras.

De forma final, o terceiro capítulo discorre acerca das ações emergenciais, das ações permanentes, das formulações e reformulações, a criação de normativos e dispositivos próprios para a atenção ao migrante dentro da PNAS e de sua inserção na rede socioassistencial brasileira. Nele também está contido a descrição da metodologia utilizada e do percurso metodológico desenvolvido para a elaboração desta monografia.

CAPÍTULO I – A MIGRAÇÃO ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O presente capítulo faz uma análise acerca do surgimento das expressões da questão social a partir do advento do sistema capitalista enquanto principal modo de produção e da migração como uma das resultantes das ofensivas do Capital. Traz em seu meio um breve apanhado sobre as principais causas da migração na contemporaneidade, sobre as migrações no Brasil e particulariza a discussão no âmbito da emigração em massa da Venezuela, que provou-se ser em parte, um produto da crise econômica mundial ocasionada pela necessidade de autorregulação para a sobrevivência do capitalismo.

1.1 RESGATE HISTÓRICO ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DO ADVENTO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:

O estabelecimento do sistema capitalista enquanto principal sistema e modo de produção – e consumo – e a subsequente privação dos meios de produção, inaugura a necessidade da venda da mão de obra por parte do trabalhador, criando assim um estado de dependência, onde para sobreviver o indivíduo passar a depender do salário proveniente dessa troca, dessa forma, a lógica contraditória da produção e acumulação capitalista está formada (HUBERMAN, 1936). Assim, podemos observar que ao serem despojados dos meios de produção, os trabalhadores são compelidos a vender sua força de trabalho para que possam subsistir, perdendo assim o caráter voluntário dessa ação.

Destarte, o processo que inaugura o capitalismo nada mais é do que um fenômeno que expropria do indivíduo o acesso e posse aos seus meios de produção, transformando-os diretamente em meios sociais para subsistência e de produção exclusiva do capital e que, conjuntamente, ressignifica os sujeitos, que a partir desse processo assumem a condição de trabalhadores assalariados (HUBERMAN, 1936).

Conforme Mollat (1989), ao ser impossibilitado de trabalhar o indivíduo perdia completamente seu valor, pois já não possuía meios para perpetuar sua existência social e mais uma vez estava fadado à emigração e a vida nômade. Ser privado dos meios de trabalho e dos caracteres de sua condição desde o período pré-capitalista,

tornavam os indivíduos “desclassificados” e em consequência dessa posição estavam reféns dos movimentos migratórios, sempre em busca de sua sobrevivência.

De acordo com a afirmativa anterior, é possível observar a formação de uma classe que vende e se utiliza da sua capacidade de trabalhar para subsistir e que se desloca no espaço em uma busca constante de oportunidades que possam suprir suas necessidades primárias de sobrevivência. Tal característica consolida-a e qualifica-a como uma classe historicamente menos favorecida, fragilizada e vista como alvo de uma exploração contínua, sendo solidificada a partir dessa necessidade de troca proveniente do processo de destituição dos meios de produção.

Para justificar essa destituição, é necessário compreender que o impulso de acumulação — princípio inerente ao modo de produção capitalista — antecede o dito capitalismo. A partir dessa compreensão, entendemos que a criação de uma classe de menos favorecidos foi se desenvolvendo antes mesmo da hegemonia capitalista, estando inscrita em toda a história da humanidade e não surgindo somente nos tempos modernos.

Segundo Marx e Engels (1998, p. 40), “nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase que por toda a parte, uma completa estruturação da sociedade em classes sociais distintas, uma múltipla gradação das posições sociais”. Diante disso, podemos assimilar que os antagonismos de classe são tidos como intrínsecos a história humana e não se limitaram a falha do sistema feudal ou dos sistemas que vieram antes dele, mas foram perpetuados e reproduzidos na modernidade a partir de novas classes, novas condições de exploração e opressão.

A “roupagem” sob esta perspectiva é nova, mas o conceito principal se mantém o mesmo no desenrolar dos anos, sendo resultante de uma constante oposição, de uma relação sempre contraditória (MARX; ENGELS, 2005 [1848]). É necessário ressaltar que as ideologias dominantes ao longo dos séculos utilizavam-se de diversos artifícios para mascarar a questão histórica e validar a perpetuação de sua dominação, adentrando o campo das subjetividades de cada indivíduo, arraigando ideias previamente suplantadas por meios religiosos ou laicos, porém todos em seu detrimento.

As discussões que permeavam o assunto relativo as origens sociais e históricas da desigualdade humana eram mínimas e estavam pautadas majoritariamente a partir do argumento que engloba as diferenças biológicas, as aptidões físicas, a capacidade intelectual e cognitivas, bem como as habilidades manuais dos indivíduos como

determinantes para explicar o prevailecimento dos que eram “bem-sucedidos” em prol dos tidos como fracassados (CASTELO, 2010).

Em consonância a este fato, é notável o quanto as percepções em relação as classes sociais eram tolhidas sempre em prol dos que estavam no poder, imputando um caráter imutável e a-histórico a organização da sociedade, mas sem explicar, por exemplo, o que atribuía tal posição a cada indivíduo. A questão da imutabilidade é reafirmada diversas vezes no decorrer da história, com o intuito de conferir aos pobres o sentimento de resignação e aceitação em relação a sua condição.

Em meio ao século XVI, o capitalismo passa a se desenvolver em suas primeiras formas a partir da eminente falha do sistema feudal em suprir a expansão mercante, dando lugar ao crescimento da manufatura, que tomando cada vez mais força, se utilizava da crescente oferta de força de trabalho proveniente dos camponeses expulsos de suas terras.

Sobre este fenômeno crescente, Rocha (2020, p. 26), discorre que a partir disso a “divisão do trabalho se dá dentro dos muros da própria oficina e não mais no âmbito das corporações, e conduz ao aumento dos mercados, o que leva mais uma vez à superação desse modelo de produção”. Em decorrência desse aumento, emerge a necessidade de uma nova forma de produzir a fim de suprir a demanda crescente, surgindo assim os maquinários e dando início ao processo de industrialização.

A partir do estabelecimento do capitalismo enquanto principal sistema econômico mundial, concomitantemente, é inaugurada a necessidade expressa da venda da força de trabalho por parte dos indivíduos que não detém os meios de produção, qualificando assim um “novo significado” para o ato de trabalhar.

Acerca deste fato, Chauí afirma que:

somente as condições de formação do capitalismo são capazes de fazer surgir a figura do trabalhador. De fato, nas formas pré-capitalistas, o trabalhador propriamente dito não existe, sua condição é estar “ligado à terra”, tanto no quadro da pequena propriedade como no da propriedade comunal; a terra não é exterior ao homem e ele é proprietário das condições objetivas de seu trabalho. Em oposição à forma capitalista, nas formas pré-capitalistas o trabalho não se encontra na origem da propriedade, esta não é resultado dele e sim sua condição. Assim, é somente enquanto participam da comunidade ou da propriedade comum que os homens trabalham (2007, p.150).

Destarte, compreendemos que a partir desse processo, pautado na expulsão dos ex-camponeses e da expropriação de seus lotes familiares que eram seus meios

de trabalho e sobrevivência, estes agora assumem um papel de “mercadorias para a manufatura a partir dos processos históricos chamados de acumulação primitiva, e passaram a ser consumidos dentro e fora do processo de produção fabril” (MARX, 2003 [1867], *apud* CASTELO, 2010, p. 87).

Mesmo diante de precárias condições de desenvolvimento das forças produtivas, não é esse fato que fomenta o pauperismo dentro das classes sociais, mas sim, unicamente o desenvolvimento em prol do acúmulo das riquezas socialmente produzidas por apenas uma pequena parcela da sociedade que ocasionam esse desequilíbrio.

De acordo com Montañó (2012), o que definia a pobreza e distinguia as classes sociais nos modos de produção que antecedem o capitalismo, estava relacionado a escassez somada a desigualdade da distribuição das riquezas, visto que ainda não haviam sido instituídas formas de se produzir os bens essenciais de maneira excedente. O autor ainda afirma que a pobreza nas sociedades pré-capitalistas era um “resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Já imbuído da perspectiva do pensamento do capital, a pobreza e a desigualdade são regidas por uma nova lógica e dinâmica, “uma qualidade nova” (PIMENTEL, 2012, p. 154), que pode entendida como sendo a exploração e a conseqüente pauperização da classe trabalhadora (e menos favorecida), em decorrência do processo de industrialização.

A partir dessa relação capital-trabalho, inserida nessa nova sociabilidade a exploração da classe trabalhadora pelo capitalista em seu processo de extração da mais-valia “dá origem a um tipo de pobreza nunca visto anteriormente. É nesse contexto que a pobreza se agrava e ganha maiores proporções” (RUFINO, 2019, p.9-10).

Portanto, entende-se que a pobreza (absoluta ou relativa) dentro destes moldes é definida como “o resultado da acumulação privada do capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho” (MARX *apud* MONTAÑO, 2012, p. 279).

Os acontecimentos que permeiam a sociedade industrial, trazem à cena a figura da burguesia, que no decorrer histórico da dominação, está intrinsecamente

relacionada aos avanços do modo de produção, as relações de produção e consequentemente as relações sociais, sendo sempre um agente ressignificador destas (MARX, ENGELS, 2005 [1848]). A partir dessa ressignificação, o Capital toma forma pelos “meios de produção e meios de vida empregados na força de trabalho, e tudo o que toca vira mercadoria, inclusive essa força de trabalho que, por seu turno, precisa ser vendida para sua sobrevivência” (ROCHA, 2020, p.26).

Dentro do viés capitalista, quanto mais os meios produtivos estão fortalecidos, maior será a capacidade de concentração de capital e porventura, maior será o estado de pobreza daqueles que vendem a sua mão-de-obra. Expropriando assim do trabalho a sua característica principal, pois agora o trabalho assalariado do indivíduo se torna ainda mais imprescindível à sua sobrevivência, assumindo um caráter social que responde as necessidades de outros e no seu processo retira o reconhecimento do que se produz, dessa forma, o trabalho passa a ser um agente alienante e desligado da natureza humana (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

Logo, a resultante da produção capitalista nada mais é do que o sobrevalor a vista do que foi previamente aplicado, entretanto este é repleto de mais valor de troca e implica mais trabalho excedente, sendo definido assim como mais-valia. Behring (2000) afirma que o combustível principal do capitalismo é a constante busca por lucros, ou seja, o aproveitamento máximo decorrente da extração de mais-valia

Com o avanço e o desenvolvimento do capital, os operários vinham sofrendo com o crescente aumento dos abusos, sendo esmagados pelo conceito da mais-valia e a exploração que ela implica. A partir do século XIX, estes trabalhadores passaram a se organizar de forma que lhes permitissem ir em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Em consequência disso ganharam certa visibilidade:

Das sombras das periferias às luzes da ribalta, os trabalhadores passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações populares. O esquecimento e desprezo deram lugar ao repentino interesse da classe burguesa pelas condições de vida e de trabalho dos operários. Entre 1830 e 1840, surgiram diversos estudos patrocinados pelo Estado britânico sobre a “questão social”. A partir de 1845, as autoridades públicas fizeram inspeções rotineiras às fábricas (CASTELO, 2010, p. 90).

De acordo com os estudos citados por Castelo, chegou-se à conclusão que a questão social era resultante e intrinsecamente relacionada ao crescente contingente populacional resultado da imigração da zona rural para a zona urbana, do processo

de urbanização e do fenômeno de industrialização somado a ineficiente ação do Estado, no que diz respeito a área social e no tocante “as leis dos pobres” (CASTELO, 2010, p. 90). Com o ganho de força e repercussão no espaço político das organizações promovidas pela classe trabalhadora, como os sindicatos e partidos proletários, a burguesia passou a notar as condições precárias e as mazelas que essa parte da população vivenciava.

Antes, o pauperismo era concebido como uma responsabilidade oriunda exclusivamente dos trabalhadores. Ao analisarmos estes fatos, compreendemos que as lutas sociais e políticas foram de grande importância para o surgimento e reconhecimento da questão social e dos debates que envolvem a mesma, sendo originada nesse contexto.

Iamamoto e Carvalho (2001, p. 77), sobre esse assunto afirmam que:

A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

Sendo assim, torna-se fértil o terreno para o surgimento de uma classe trabalhadora em meados do século XIX, encabeçado por organizações compostas por operários, assume o papel de um “sujeito histórico, independente e autônomo” (CASTELO, *et. al*; 2020) que, tomando parte dentro do cenário político, busca sua emancipação por meio das lutas de classes.

Destarte, Iamamoto (2008), determina que a questão social não pode ser dissociada da organização social baseada na exploração do trabalho, pois a mesma abrange em seu meio as lutas políticas e culturais derivadas das contradições expressas dentro do padrão econômico. Logo, compreendemos a questão social não como um fenômeno recente, mas sim ligado de forma substancial e inerente as transformações do mundo do trabalho e pelo Estado, inserido na sociedade burguesa.

Com o avanço dos meios de produção nas áreas tecnológicas e científicas, há uma notável redução da necessidade da força viva de trabalho. O que de um lado beneficia a produtividade e o capitalista, por outro, conduz o empregado a incorporar a massa da população supérflua e sobressalente, perpetuada a partir das mutabilidades do capital; este fato gera um acirramento das condições precárias de

trabalho e incita uma concorrência entre os próprios trabalhadores, e culmina finalmente no aumento do pauperismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

Imerso nesse contexto, a questão social passou a ser utilizada para exemplificar os impactos da “exploração capitalista no início da era burguesa” (CASTELO, 2010, p. 90), sendo representados a partir do estado de miséria dos trabalhadores e da conjuntura sociopolítica da época. Conseqüentemente concluímos que ao passo que a capacidade de produção e do acúmulo de riquezas se elevava, os níveis de pobreza cresciam de forma proporcional. Segundo Netto (2011, p. 154), “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’”.

É necessário ressaltar um tópico vinculado a abordagem sócio-histórica e ao ato de “empurrar” os indivíduos de acordo com suas carências e necessidades presente no capital, qual seja, a partir das mutações e requerimentos presentes nesse determinado padrão econômico ligadas as transformações no mundo do trabalho, os operários foram levados a saírem de seus locais de origem em busca de oportunidades de trabalho e assegurar sua sobrevivência (ROCHA, 2020).

Conseqüentemente, determinada concentração populacional não pode ser desassociada do fenômeno de valorização do capital, pois inserido neste existem forças econômicas que ocasionam e fomentam esses deslocamentos e as posteriores aglomerações em centros específicos e interessantes ao seu constante crescimento.

Como discutido anteriormente, compreendemos que para que seja favorável o crescimento do capital, é necessária a constante exploração do trabalho, a concentração de lucros e a não-distribuição dos valores excedentes dentre os salários dos indivíduos, assim como a necessidade real de manter a permanência do contingente excessivo de mão-de-obra e torná-la constantemente fragilizada.

Logo, tornam-se reféns das condições impostas pelo capital, quais sejam, os salários mínimos e incongruentes de acordo com o esforço demandado e a facilidade com que estes possam ser descartados em fases desfavoráveis e de recessão, tudo isso sem que o capital seja atingido de forma efetiva. O que denota mais uma vez, de forma explicitada, a “sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p. 158).

Em consonância a vertente marxista, Singer (1998, apud SCHMITZ, 2009, p.52) traz inserido no contexto estrutural uma explicação acerca dos fenômenos migratórios:

[...] a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico [...] e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado.

De acordo com a afirmação de Singer, compreendemos que tanto as migrações internas quanto as externas são resultantes dos interesses capitalistas e das assimetrias ocasionadas por esse padrão econômico. Devido a esta característica podemos atribuir um caráter coativo a este fenômeno, pois não é uma decisão proveniente da subjetividade do sujeito, mas sim do meio no qual está inserido.

Por outro lado, as migrações criam uma atmosfera favorável à mobilidade externa que pode contribuir no enriquecimento econômico e nas trocas socioculturais, desde que haja respaldo legal e maneiras de garantir a segurança daqueles que optam pelos movimentos migratórios.

Em suma, chegamos à conclusão de que por ser um sistema que visa categoricamente a obtenção de lucros, o capitalismo está em constante metamorfose para manter esse ciclo de acumulação. De acordo com as suas demandas e necessidades, ele “empurra” os indivíduos na contemporaneidade, tal como durante a sua gênese nas formações das cidades, para que possa se beneficiar e ter à sua disposição mão de obra barata e excedente.

Determinada conduta fomenta a questão social e traz um acirramento das suas expressões, vivenciadas tanto por parte dos sujeitos que migram, dos que fazem parte da comunidade que os recebe e ainda dos que ficaram para trás. Assim, em linhas gerais, inserido no mundo ferido pelo capital global, acompanha-se os movimentos migratórios vivenciados e as manifestações da questão social, particularizando a discussão tanto em relação a Venezuela, quanto no Brasil.

1.2 A MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E OS MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL:

A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2017) afirma que a migração traz consigo múltiplos significados e estes são formados a partir de características históricas, sociais e culturais. Por conseguinte, a migração denota diferentes sentidos para aqueles que a vivenciam, seja de maneira individual ou em

grupo. O contexto em que ela ocorre, as possibilidades existentes, as intercorrências que surgem, bem como os objetivos e os fatores subjetivos que não podem ser controlados e previstos são caracteres determinantes no decorrer dessa experiência (ESTIMABLE, 2020).

A palavra migração pode ser definida como:

o processo de entrada (imigração) e de saída (emigração), de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se muda de país para outro ou de uma região para outra; movimentação constante de espécies que saem de uma região para outra, normalmente ocasionada por uma mudança no clima ou no ambiente (MIGRAÇÃO, 2022)¹.

Segundo Silva (2019) o migrante visa os possíveis benefícios e uma resposta positiva a partir do ato de migrar, principalmente no que diz respeito ao caráter “monetário, por meio da migração, escolhendo como destino, locais onde as habilidades pessoais possam ser utilizadas” (LESSA, 2016, p. 51).

Diante dessa definição, compreendemos que a migração é um processo direcionado àqueles que buscam manter residência fixa no país de destino escolhido. Entretanto, este fato não impede nem torna esse grupo imune a dificuldades e a possíveis situações de vulnerabilidades, mas que podem também ter sido vivenciadas antes do ato de migrar. De acordo com Moura (1980, p. 109), “não importa o quão curto ou quão longo, quão fácil ou quão difícil, a verdade é que todo o ato migratório implica num lugar de origem, num lugar de destino e numa série de obstáculos intervenientes”.

Os movimentos migratórios não são exclusivos a contemporaneidade, mas seu crescimento se acentuou nesse atual período, ou seja, na atualidade é perceptível “um enorme salto no contingente de refugiados e pessoas em busca de asilo, acrescido ao volume total de migrantes que já batiam às portas da Europa; esse salto foi causado pelo número crescente de Estados ‘afundando’” (BAUMAN, 2017, p. 11).

O debate desenvolvido acerca das imigrações na atualidade vem sendo realizado por inúmeras ciências e por variadas correntes de pensamento, pois além de se tratar de um trânsito de pessoas dentro o espaço de forma física também se dá dentro de um espaço acrescido de qualidades sociais, econômicas, políticas e também culturais (SAYAD, 1998). Inserido nesse contexto, a seguinte afirmativa de

¹ MIGRAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/migracao/>>. Acesso em: 03/05/2022.

Sayad (1998, p.16) qualifica o imigrante a partir do ponto de vista elucidada pela sociedade capitalista, pois,

de fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento. Esta é outra versão do etnocentrismo: só se conhece o que se tem interesse em conhecer, entende-se apenas o que se precisa entender, a necessidade cria o conhecimento; só se tem interesse intelectual por um objeto social com a condição de que esses interesses sejam levados por outros interesses, com a condição de que encontre interesses de outra espécie

Sayad (1988) traz em suas discussões três características principais para entender as migrações contemporâneas. A primeira afirma que a migração baseia-se primariamente em um caráter ilusório, pois ao passo que a migração enquanto transitória é deixada de lado, a permanente não admitida. A segunda característica está inscrita a partir do ponto de vista do capital que entende que o imigrante assume o papel de uma força de trabalho de caráter provisório e em trânsito. A terceira e última traz o conceito de que o imigrante “põe em ‘risco’ a ordem nacional forçando a pensar o que é impensável [...] forçando-a a revelar seu caráter arbitrário” (SAYAD, 1998, p.274).

Conforme Barbosa (2017), é correto e fundamental analisar sob a óptica marxista os movimentos migratórios a partir de três entendimentos, sendo estes: “a teoria do valor do trabalho, a relação inversa entre lucro e salários no modo de produção capitalista e a necessidade do serviço de reservas [exército de reserva] e da força de trabalho produtiva nas economias capitalistas” (BARBOSA, 2017, p. 145).

É necessário ressaltar um tópico vinculado a abordagem sócio-histórica e ao ato de “empurrar” os indivíduos de acordo com suas carências e necessidades presente no capital, qual seja, a partir das mutações e requerimentos presentes nesse determinado padrão econômico ligadas as transformações no mundo do trabalho, os operários foram levados a saírem de seus locais de origem em busca de oportunidades de trabalho e assegurar sua sobrevivência (ROCHA, 2020).

Sobre esse fato, Magalhães (2011, p.416) discorre:

A formação das cidades, espaço inicial do desenvolvimento capitalista, foi mais diretamente produto das migrações internas do campo às cidades que do crescimento vegetativo da população nestas últimas. A concentração nas cidades de maiores contingentes populacionais foi vital para o processo de

formação da classe trabalhadora e da 'grande transformação' característicos (sic) da criação histórica da grande indústria moderna.

Dessa forma compreendemos que as populações têm emigrado na contemporaneidade, em sua maioria, para destinos mais desenvolvidos que os seus locais de origem, sempre em busca de um mercado de trabalho favorável e cheio de oportunidades. A partir dessa perspectiva é possível observar o crescente nível de imigrações com destino ao Brasil, oriundas de países subdesenvolvidos ou em situação de crise (WEBER, 2019).

Entretanto, o território brasileiro tem sido destino de imigrantes desde o período em que foi colonizado, recebendo no decorrer dos anos diversos tipos de públicos. Desde os aventureiros que buscavam no Brasil o enriquecimento fácil por meio das riquezas naturais abundantes, passando pelos migrantes europeus que iam se estabelecendo em locais variados no amplo território, até o período da escravidão que, de forma não-voluntária, trouxe mais de quatro milhões de africanos para o país (FERNANDES; RIGOTTI, 2008). Destarte, concluímos que as migrações fazem parte da construção histórica, sociocultural e econômica do país.

Após esses grandes deslocamentos, a partir da década de 1970 os fluxos migratórios no Brasil caracterizavam-se principalmente pela saída de brasileiros do país, ou seja, a emigração era o movimento mais efetivo e relevante nas trocas populacionais da federação brasileira com o resto do mundo (ICMPD, 2013).

Com o alvorecer dos anos 2000, a situação migratória que abrangia o país aparentava permanecer a mesma, pois os países localizados principalmente no Hemisfério Sul estavam em meio a crises econômicas e buscavam a superação das mesmas de acordo com os termos propostos pelos preceitos econômicos liberais, a saber, o controle monetário e fiscal, bem como a retração dos empregos (NETTO; REIS, 2011).

Ao passo que as economias periféricas eram atingidas pelas recessões, os países de economias centrais vivenciavam um período de crescimento que demandava cada vez mais mão de obra com baixa qualificação. Tal déficit de mercado poderia ser abonado pelo contingente de imigrantes. Durante esse período, por volta de 4 milhões de brasileiros estavam no exterior no início do século XXI e faziam parte desse contingente.

A partir do ápice da crise econômica mundial no ano de 2008, a falência múltipla das instituições financeiras foi importante no que diz respeito ao processo migratório

a nível global. A atmosfera de desconfiança em relação aos estrangeiros já vinha sendo construída a partir dos atentados de 2001, com o estopim da crise no âmbito econômico os índices demonstram que o desemprego entre a população de imigrantes atinge números alarmantes – em comparação aos níveis entre os cidadãos naturais (PEIXOTO; SILVA, 2013) – e a volta dos mesmos aos países de origens torna-se em muitos casos a saída para que possam sobreviver (OIM, 2013).

Apesar de ser de larga escala, a crise atinge os países de forma particular e no Brasil não foi diferente. Por volta do ano de 2010 já era perceptível um processo de recuperação, de crescimento e aliado a proximidade da realização de eventos esportivos mundiais (a saber, A Copa do Mundo em 2014 e As Olimpíadas em 2016), criam um ambiente favorável e dinâmico dentro do mercado de trabalho brasileiro para a incorporação de imigrantes que não necessariamente eram devidamente qualificados (SILVA, *et al.*, 2018). Destarte, tal oportunidade tornou o Brasil um destino atrativo para indivíduos provenientes de territórios que antes mantinham um baixo percentual ou até mesmo uma tradição migratória inexistente com o país.

Ultimamente o Brasil tem vivido um movimento reverso no que diz respeito as migrações, pois até meados da década de 1980 era tido em sua maioria como sendo um emissor de imigrantes. Após esse período, aliado ao retorno de cidadãos brasileiros a seus locais de origem, o país foi tornando-se um destino atrativo. Segundo Jardim (2013, p. 67) o “transnacionalismo observado nesse momento não se reduz a circulação de mão de obra de brasileiros pelo mundo, mas a diversificação de procedências de países e continentes que chegam ao Brasil”.

Atualmente a parcela de imigrantes que tem crescido de forma exponencial nos últimos anos é composta por venezuelanos, que buscam no Brasil melhores condições de vida. Vaz (2016), afirma que a Venezuela vem sendo assolada por uma crise que afeta diferentes áreas da sociedade, como a econômica, a social e a política. Castro e Fernandes (2019) corroboram essa afirmação:

A ampliação da crise mundial e a queda do preço do petróleo em nível mundial, primeiro produto da pauta de exportação venezuelana, combinada com o acirramento da latente crise política naquele país, fez com que o fluxo de saída de venezuelanos crescesse de forma exponencial, causando vários impactos nas fronteiras com a Colômbia e com o Brasil”. (CASTRO; FERNANDES, 2019, p.4).

Fatores humanos e naturais estão envolvidos nesta crise e em seu agravamento (ZERO, 2017), sendo os fatores naturais ligados a submissão a exportação do petróleo, principal produto vendido pelo país e maior responsável pela economia. Com a queda do preço do petróleo que gerou diversas outros desdobramentos não-favoráveis, tais como os bloqueios financeiros iniciados em 2013 e a diminuição da produção de bens e serviços. Segundo Paiva (2017, Carta Capital) os dados da crise que assola a Venezuela são assustadores. De acordo com o que diz o FMI,

entre 2014 e 2017, o FMI estima que o PIB per capita da Venezuela teria caído cerca de 35%, regredindo a um nível menor do que o de 1960. Dificilmente a combinação de uma depressão dessa magnitude e hiperinflação não irá resultar em aumento das desigualdades e da pobreza, que não são medidas desde 2015, quando o (...) um terço dos venezuelanos era pobre².

Logo, diante desse cenário crítico o país se depara com o aumento de diversas problemáticas, dentre as quais, o aumento espantoso nos índices de criminalidade, exacerbção dos conflitos sociais e trabalhistas. Todas essas

[...] aumento da criminalidade, nos crescentes conflitos sociais e trabalhistas mais numerosos e em um sentido coletivo de instabilidade e angústia para o futuro, difícil de medir, mas que se traduz em diversos fenômenos, incluindo a tendência crescente de emigrar de um número cada vez maior de venezuelanos. (URRIBARÍ, 2016, p.366, tradução livre).

Segundo informações veiculadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019), os números são expressivos e alarmantes: mais de cinco milhões de venezuelanos deixaram seu país de origem. Dentre esse total, 240 mil entraram no Brasil, no período que compreende os anos de 2017 a 2019, onde 94.400 solicitaram abrigo (fixo ou temporário) e 65.600 estão em processo de regularização para fixar residência aqui no país.

É válido salientar dentre esses dados o número de crianças migrantes e de situação, pois, ainda segundo o ACNUR elas representavam metade dessa população no ano de 2018. No fim do referido ano totalizavam-se 138.600 crianças e adolescentes desacompanhados e/ou apartados de suas famílias. Inserido esse

² PAIVA, Rafael Bianchini Abreu. A tragédia econômica venezuelana. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/a-tragedia-economica-venezuelana>. Acesso em: 04 mai. 2022.

número 27.600 solicitavam a sua entrada e permanência no país de forma autônoma e solitária (ACNUR, 2018).

Por estar localizado geograficamente junto à fronteira da Venezuela, o Brasil tem sido um dos principais países na rota de saída do país, entretanto Castro e Fernandes (2019) apontam que antes de 2015 essa movimentação já acontecia, “mas se desenvolvia de forma residual no Brasil onde as trocas na fronteira já aconteciam com frequência, especialmente por conta das diferenças dos preços de alguns produtos entre os dois países” (CASTRO; FERNANDES, 2019, p.4).

Diante disso, podemos entender que a tradição migratória entre Brasil e Venezuela se caracterizava anteriormente de forma pendular, composta por deslocamentos diários entre os municípios que não se localizavam no mesmo país, facilitando e reforçando assim a facilidade da vinda desses imigrantes para as terras brasileiras.

Os índices apresentados anteriormente evidenciam e corroboram a situação calamitosa em que a população venezuelana se encontra, pois fogem da violência, da repressão, da insegurança e das ameaças, mas sobretudo da falta de alimentos, remédios, dificuldade no acesso aos serviços essenciais como a saúde e da perda de direitos de forma contínua.

Moojen (2013, p. 13) reitera a situação fragilizada em que os indivíduos se encontram, já relacionando-a com migração, como sendo:

[...] um processo multidimensional que conflui risco ou probabilidade do indivíduo, lugar ou comunidade de ser ferido, lesionado ou danificado diante de trocas ou permanências de situações externas e/ou internas. Essa noção se aplica às situações que os migrantes enfrentam na mobilidade espacial, seja na saída ou na chegada do lugar de referência, à medida que se deparam com uma realidade que os condiciona, seja pela aceitação, seja pela rejeição.

Logo, é correto afirmar finalmente que a população migrante, sobretudo os venezuelanos, inseridos nesse contexto carregam uma bagagem que engloba as vivências em seu país de origem e que somada as suas movimentações dentro dos espaços físicos e sociais lhes atribui na maioria das vezes uma situação atravessada de “carência de direitos, oportunidades, informações, de possibilidades e de esperança” (YAZBEK, 2010, p. 153).

Unido a desse cenário permeado pelas contradições do capital, atravessado por inúmeras expressões da questão social, a discussão contida no próximo tópico

acerca do acesso aos direitos contidos no âmbito das políticas sociais brasileiras e sobre a formulação de políticas públicas direcionada a essa população se faz cada vez mais necessária, visto que o Brasil é um dos principais destinos finais onde estes indivíduos buscam uma nova oportunidade de sobrevivência.

CAPÍTULO II – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E OS MIGRANTES VENEZUELANOS

Este espaço explora a construção da Política de Assistência Social no Brasil após a Constituição Federal de 1988, onde a Assistência Social passou a assumir novos contornos e passou a ser inserida no âmbito da Seguridade Social. É feita uma análise acerca de sua estruturação e dos seus níveis de atuação e proteção. Também traz em seu meio a discussão acerca da construção do seu público usuário e quem de fato se constitui como tal. Por fim dispõe sobre as dificuldades e desafios enfrentados pelos migrantes venezuelanos ao adentrar o território brasileiro e da rede socioassistencial em atendê-los, mesmo que este grupo se encontre em grave situação de risco e vulnerabilidade decorrente do processo migratório.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS CF-88 E DO PERFIL DO SEU PÚBLICO USUÁRIO: VENEZUELANOS TEM VEZ?

A política pública de assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 traz em seu arcabouço legal o rompimento com a meritocracia e com o abandono do caráter de “dever moral”, que estava ligado ao período de práticas filantrópicas e religiosas (SIMÕES, 2020). Adentrando assim o campo da seguridade³, efetivando a proteção social⁴, onde amplia e reconhece os direitos sociais, bem como institui o princípio de universalização (ROCHA, 2020), quando assume que a política poderá ser acessada **por quem dela necessitar** e não pormenoriza sua abrangência.

Portanto, compreende-se que a política atenderá a todos que a buscarem sem prévia contribuição ou contraprestação (STUCHI, 2015). Para corroborar essa afirmação, no artigo 203, da Constituição Federal (1988) está disposto que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

³ A CF-88 dispõe em seu texto, no capítulo II e no artigo 194 que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

⁴ Podemos definir a proteção social como sendo “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais” (JACCORD, 2009, p. 58).

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Logo, inserida nesse contexto, a assistência social traz consigo a ideia de auxílio a todos como um dever do Estado. Tal dever estatal e direito da sociedade é reafirmado a partir da concepção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8742/1993⁵ –, que apresenta-se como um catalisador para regulamentar e organizar a Assistência enquanto política social.

Posteriormente, no ano de 2004 com o nascimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a seguinte organização do Sistema Único de Assistência Social⁶ (SUAS), foi possível conceber a materialidade da LOAS que agregou características socioterritoriais, trouxe o conceito de gestão compartilhada e correlacionava-se principalmente “as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família” (BRASIL, 2004, p.15).

Couto, Yazbek e Raichelis (2017) discutem o surgimento de determinadas dimensões a partir desse fato, quais sejam: a intersectorialidade (que está ligada a articulação entre as demais políticas públicas), a abordagem territorial, a proteção social (formada a partir das categorias básica e especial), a matricialidade sociofamiliar, seguranças, financiamento, informação (ligada ao monitoramento e as informações) e recursos humanos (que referem-se a personificação da figura do trabalhador da assistência social). Essas dimensões supracitadas constituem a oferta de serviços e programas da política.

⁵ De acordo com o artigo 1º da Lei Orgânica de Assistência Social, a política é “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

⁶ “O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. (...) Previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Suas teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa”.

Fonte: Ministério da Cidadania, www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1, acesso em 21/04/2022.

A dimensão relacionada a proteção social está subdividida em duas áreas: a Básica e a Especial. Cada área detém características próprias e funcionam como uma porta de entrada, utilizando-se das particularidades dos seus usuários, das suas vivências e individualidades, para que assim estes possam acessar os seus direitos.

A proteção social básica (PSB) tem como principal atribuição atuar na prevenção da violação de direitos, baseando-se principalmente no fortalecimento de vínculos, sejam na esfera familiar ou na esfera comunitária. Dispõe de um suporte contido na rede socioassistencial e intersetorial para assegurar a efetivação de suas ações e prevenir possíveis esfacelamentos de vínculos, a partir do trabalho desenvolvido pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Também conta com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Tais serviços contribuem para ampliar, incluir e gerar nos usuários um sentimento de pertencimento.

Já no que diz respeito a Proteção Social Especial (PSE), pode-se afirmar que:

é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005, p.37).

Assim como a modalidade básica, a PSE oferta serviços que são operacionalizados principalmente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por intermédio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

É preciso destacar que para ser operacionalizada, em muitos dos casos, sua atuação é feita conjuntamente com outras instituições, como por exemplo o Poder Judiciário e Ministério Público, ademais, requer um acompanhamento individualizado e uma atenção protetiva. Pode ser classificada ainda entre média e alta complexidade, sendo disposta de modo particularizado e de acordo com a gravidade de cada demanda.

Como tratado anteriormente sobre a esfera dos vínculos, tanto os familiares quanto os comunitários, a PSE de média complexidade atua quando há violação

desses vínculos, mas não há alteração ou rompimento dos mesmos, aliado a um acompanhamento técnico. Os serviços ofertados nesse nível são: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação, Medidas socioeducativas em meio-aberto e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência (BRASIL, 2005).

Já a PSE de alta complexidade é acionada quando há, de fato, o rompimento dos vínculos, bem como quando se faz necessário o afastamento do usuário do seu seio familiar e/ou do meio comunitário. Os serviços dispostos para atendimento nesses casos são: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade e Trabalho protegido (BRASIL, 2005).

Ademais, no ano de 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi construído e aprovado, onde trazia a ideia de sistematização e estruturação dos serviços socioassistenciais já ofertados, bem como trouxe ênfase à “participação dos entes federativos, trabalhadores e sociedade civil em uma rede hierarquizada, idealizada na LOAS” (ROCHA, p. 76, 2020). Destarte, a partir do estabelecimento do SUAS pode ser observado um aumento no tocante aos objetivos da PNAS e conseqüentemente uma maior abrangência de seu público usuário.

Em relação ao público usuário, a LOAS o define de uma forma mais geral e abrangente: a partir de gêneros e faixas etárias (SILVA, 2014), primando principalmente pela proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Entretanto a PNAS traz em seu texto a definição desse público de uma forma mais explicativa:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

De acordo com Yazbek (2018), é correto afirmar que a assistência social traz “marcas históricas” que acabam descaracterizando os indivíduos que compõem o público-alvo da política, visto que a mesma é utilizada pelo Estado sempre para tratar

a questão social. Podemos observar então o quanto estigmatizado é o usuário da assistência, pois desde os primórdios é tratado como carente, subjugado, desprovido, vagabundo e excluído (SILVA, 2014).

Entretanto, como já discutido anteriormente é o sistema capitalista quem produz e reproduz essas mazelas sociais, fazendo com que todos aqueles que recorram à assistência sejam marginalizados e diminuídos (SILVA, 2014). Ainda em anuência as afirmativas de Carmelita Yazbek (2010), podemos compreender que em sua maioria, a parcela da população assistida pela política de assistência social no Brasil é atravessada por categorias ligadas de forma direta as relações político-sociais. Determinadas categorias podem ser definidas como a **pobreza**, a **subalternidade** e a **exclusão**.

A pobreza é erroneamente entendida pela sociedade em geral como sendo somente a falta de renda própria e a subsequente insuficiência do indivíduo em manter-se da forma mais básica. Entretanto, essa definição não pode ser feita de forma homogênea, pois apresenta múltiplas facetas, trazendo consigo traços políticos e exprime a ausência de direitos, a falta de oportunidades, a desinformação pertinaz, as ínfimas possibilidades e a desesperança (YAZBEK, 2010).

É imperioso ressaltar mais uma vez que o pauperismo é um produto do capitalismo, está circunscrito a partir da esfera do trabalho e de suas transmutações. Destarte, é visível a naturalização da pobreza por parte da sociedade pois é benéfico para a mesma que haja de fato um lado menos favorecido, bem como a perpetuação do sentimento de culpa por parte dos pobres. Tal sentimento permite que a burguesia continue a manter sua influência e passe a granjear cada vez mais sujeitos classificados como “desfavorecidos”, destilando sua influência e aproveitando para disseminar suas ideias entre a classe proletária.

Com efeito, o desligamento da real compreensão da dimensão política da pobreza torna fértil o terreno para a exclusão dos indivíduos, sendo esta um resultado da progressão da pobreza, que assume o caráter de variável econômica que delinea quais serviços e bens os sujeitos podem ter acesso ou não. Determinada inacessibilidade leva à subalternidade, que a partir de métricas impostas pela burguesia classifica as características próprias dessas pessoas como negativas (YAZBEK, 2018).

Como trazido anteriormente, a Política Nacional de Assistência Social traz em seu arcabouço duas portas de entrada: a proteção básica e a especial que qualificam

os seus usuários a partir da garantia e da violação de direitos, ou seja, a partir do Risco social e da Vulnerabilidade social. Sposati (2009) denota que os sujeitos podem ser mais suscetíveis ou não, mais expostos ou não, o que determina quando e como as proteções são aplicadas conforme cada situação, suprimindo de forma individualizada o que cada assistido necessita.

Para delimitar o conceito do termo risco social é necessário compreender que os campos que produzem esse risco são amplos, sendo eles a “separação espacial; fatores oriundos da convivência familiar e comunitária; contingências da natureza; intolerância/ preconceito (etnias, gênero, orientação sexual e religião) e desigualdade socioeconômica” (ROCHA, 2020, p.88).

Logo, compreendemos que a ação do Capital fomenta a expropriação, que por sua vez gera rebatimentos na vida dos indivíduos, os pondo em risco e conseqüentemente expostos a vulnerabilidades. É correto afirmar que todos são passíveis de risco, mas o que define de fato a situação de vulnerabilidade é a condição de vida de cada pessoa: “o exame da vulnerabilidade social diz respeito à densidade e à intensidade de condições que portam pessoas e famílias para reagir e enfrentar um risco, ou mesmo, de sofrer menos danos em face de um risco” (SPOSATI, 2009, p. 35).

Mesmo com a prerrogativa de que todos são passíveis de risco, o público usuário-beneficiário da política de assistência ainda é visto a partir de um perfil tradicionalmente construído ao longo do tempo. Ademais, tal concepção não deve ser reproduzida, pois apesar de não existir uma homogeneidade nos indivíduos, essa ideia é maléfica, gera limitações e dificuldades no acesso e no atendimento daqueles que buscam a política, mas que de alguma forma fogem dos padrões pré-concebidos (SILVA, 2014).

Apesar de não existir um perfil homogêneo de público beneficiário, mas os imigrantes internacionais, com destaque para os venezuelanos, fogem da construção imagética tradicional de usuário, mas, ainda assim detêm o direito de acessar o que está assegurado na política de Assistência social brasileira.

Para consolidar essa ideia, podemos considerar o que a Social (PNAS/2004) traz em seus objetivos principais:

- prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

- contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária¹². (PNAS, 2004).

A partir do primeiro e do segundo ponto apresentado nos objetivos centrais da PNAS, a compreensão de que todo indivíduo ou grupo deverá ser atendido pela política é clara, o que não exclui aqueles que não são brasileiros e/ou que se encontram em uma situação irregular no país. Logo, apenas o fato de ser imigrante e a situação de sua permanência ser regular ou não, não podem ser tidos como obstáculos ou determinantes no que diz respeito acesso à Política de Assistência Social.

Em 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reconheceu graves e generalizadas violações de direitos humanos e sociais na Venezuela, e a partir de tal reconhecimento acerca das situações vivenciadas por este grupo pode-se qualificá-los como aptos a se utilizar dos direitos sociais previstos na Constituição Federal brasileira, bem como de seu sistema socioassistencial partindo do pressuposto de risco social e vulnerabilidade.

Podemos citar os riscos sociais a partir dos rompimentos de vínculos familiares e comunitários sofridos ainda no seu país de origem e durante a imigração, deixando-os vulneráveis nesse processo. Os quadros 1 e 2 discorrem de forma mais assertiva e particularizada acerca das definições e das determinantes de vulnerabilidade que acometem a população migrante.

Quadro 1 – Definições:

DEFINIÇÕES	
Migrante em situação de vulnerabilidade	Migrante ou grupo de migrantes com a capacidade limitada de evitar, resistir, lidar ou recuperar-se do risco potencial ou da situação de violência, exploração e abuso a que são expostos ou que vivenciam no contexto migratório. Essa capacidade reduzida é o resultado da interação de fatores individuais, familiares, comunitários e estruturais.
Vítima de tráfico de pessoas	Pessoa vítima de recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, engano e abuso de poder, ou de uma posição de vulnerabilidade, ou ainda da oferta ou recebimento de pagamentos ou benefícios em

	troca do controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração.
Criança migrante desacompanhada	Criança migrante separada dos dois pais e de outros parentes, sem um adulto responsável por cuidar dela, por lei ou costume
Criança migrante separada	Criança separada dos dois pais ou de seus cuidadores anteriores, legais ou costumeiros, mas não necessariamente de outros parentes.
Solicitante de refúgio	Pessoa que está aguardando a decisão de sua solicitação da condição de refugiado.
Refugiado	Pessoa que, temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país; ou ainda que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao temor, não quer voltar a ele.

Fonte: OIM, 2018.

Quadro 2 – Determinantes:

DETERMINANTES	
Fatores individuais	Fatores relacionados ao indivíduo, como características físicas e biológicas, histórico e experiências passadas, crenças, atitudes, características emocionais, psicológicas e cognitivas, saúde física e mental, status. Exemplos de fatores individuais: idade, sexo, raça ou identidade étnica, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência física ou mental.
Fatores familiares ou domiciliares	Fatores relacionados às circunstâncias familiares ou domiciliares do indivíduo e seus parentes, como o papel do indivíduo na família, bem como o histórico e as experiências familiares. Exemplos de fatores familiares ou domiciliares: número de membros da família, estrutura familiar, condição socioeconômica, histórico de abusos e violência, empregabilidade, nível de escolaridade.
Fatores comunitários	Fatores econômicos, culturais e sociais ligados à comunidade física e social onde o indivíduo e a família estão inseridos. Esses fatores podem ser afetados pela posição que essa família ocupa em relação aos demais. Exemplos de fatores comunitários: oportunidade educacional, acesso a serviços sociais e de saúde, oportunidades de geração de renda, normas e comportamentos sociais.
Fatores estruturais	Fatores relacionados às condições e instituições históricas, geográficas, policiais, econômicas, sociais e culturais mais amplas. Exemplos de fatores estruturais: colonização do país, sistema

político, políticas e governança migratórias, respeito aos direitos humanos e à lei.

Fonte: OIM, 2018.

Ainda em 2016, um trecho de um documento idealizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) já entendia o migrante como detentor direitos, afirmando que:

[...] o fenômeno da migração se manifesta de muitas formas no território nacional, apresentando especificidades. O primeiro passo para se definir o direito socioassistencial de pessoas em situação migratória é reconhecer que migrantes são sujeitos de direitos, com direitos e proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional (BRASIL, 2016, p. 4).

Tal situação gera uma real necessidade de proteção social voltada a este grupo, sendo a condição de imigrante regular ou irregular dispensável: o “eventual ingresso irregular no território nacional não impede a solicitação de refúgio, e ainda, estende proteção à família do solicitante” (BRASIL, 2016, p.5).

Trazendo mais uma vez o princípio de universalidade que rege a Política de Assistência no Brasil, é importante ressaltar que a mesma afirma categoricamente que o seu acesso é para quem dele necessitar e conforme a resolução 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), para todos os “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” ⁷, podemos afirmar que os imigrantes venezuelanos são de fato, parte do público assistido e sujeitos de direitos, pois são “exposto a diversas vulnerabilidades em função do processo migratório, e como tal podem se constituir enquanto público usuário da assistência social” (CASTRO; FERNANDES, 2019).

Ademais, é de extrema urgência a superação e o rompimento com o pensamento acerca da idealização de uma imagem “tradicional” (porém inexistente) do assistido, sendo essa carregada de estigmas e construída ao longo do tempo, pois o usuário não é um mero objeto, mas sim um cidadão e protagonista desse direito.

Assim como afirma Stuchi, “o reconhecimento do direito à assistência social é um processo de luta política que só se encerra com a total apropriação desse direito pelos próprios cidadãos” (2015, p. 122). Dessa forma, o reconhecimento do imigrante enquanto cidadão de direito no que diz respeito a política de assistência brasileira é

⁷ CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 145. Brasília, 2004. p. 27.

primordial para que as ações socioassistenciais sejam efetivadas e o indivíduo resguardado de contínuas violações.

Finalmente, é necessário utilizar recursos adequados da União, dos Estados e dos Municípios para a construção de serviços que estejam de acordo com a regulamentação do SUAS e com o que está previsto na PNAS, aliando a capacidade de diagnosticar problemas e construir conjuntamente soluções com o intuito de superar situações de vulnerabilidade e de riscos sociais, o que pode de fato e de forma efetiva minimizar os problemas que atingem especialmente a população composta por imigrantes.

2.2 DESAFIOS NO ACESSO À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS MIGRANTES VENEZUELANOS EM SOLO BRASILEIRO:

Como discutido anteriormente, os fluxos migratórios não são recentes, porém, na atualidade o mundo tem experimentado uma exacerbação no sentimentalismo patriótico, onde há um receio acerca dos volumes expressivos de migração, com vieses principalmente econômicos por parte dos países desenvolvidos. O medo que permeia estas sociedades é baseado na pressuposição de que estes imigrantes “roubarão” as oportunidades de emprego, “tomarão” suas vagas no acesso à educação e à saúde, modificarão a sua cultura ou simplesmente o fato de não desejarem “estranhos” no seu país e em suas cidades (SILVA, 2019). O sentimento e a atmosfera de medo resultam na exclusão dessa comunidade e agrava ainda mais o estado de vulnerabilidade que eles se encontram.

[...] o comportamento de aversão ao estrangeiro que comine na negativa ou restrição irrazoável do exercício de direitos humanos (e fundamentais), reconhecidos pelo ordenamento jurídico pátrio aos estrangeiros, por receio ou medo de ‘nocividades’ [...] (VITORINO; VITORINO MIRANDA, 2018, p.100).

Logo, há espaço para o “crescente sucesso da xenofobia, do racismo e o sucesso eleitoral, ao mesmo tempo espantoso e inédito, de partidos e movimentos xenofóbicos, racistas e chauvinistas, e de seus belicosos líderes” (BAUMAN, 2017, p. 17-18). Isso posto, fica claro que movimento contrários a imigração, claramente

xenófobos vem sendo encabeçados por políticos e até mesmo alimentados pela mídia, seja de forma direta ou não.

Ainda de acordo com as afirmativas de Bauman, vem sendo criada a “securitização”⁸, que tem como objetivo a “reclassificação cada vez mais frequente de algo antes imaginado como pertencente à outra categoria de fenômenos como um exemplo de ‘insegurança’” (BAUMAN, 2017, p. 28-29). Destarte, esses migrantes passam a ser acompanhados por órgãos de segurança, o que reitera mais ainda uma ideia global de perigo ligada à essa população.

Tais atitudes descaracterizam a população migrante em geral levando-os invariavelmente a fragilidade, expondo-os a situações de vulnerabilidade e acentuam ainda mais a fragilidade em que já se encontram, pormenorizando sua identidade enquanto seres humanos e esquecendo-se que são legítimos portadores de direitos (SILVA, 2019). Entretanto, os desafios enfrentados pelos imigrantes ao adentrar em um novo território não estão limitados somente à intercorrência de casos de xenofobia.

Figueira (2018), sintetizou as vulnerabilidades, os riscos sociais e violações de direitos que assolam os que constituem o público migrante no território brasileiro, sendo as principais problemáticas elencadas:

- Xenofobia e discriminações;
- Rupturas de vínculos, de redes de apoio, de direitos
- Perda de pertencimento ao território e de sua cultura, bem como de sua subjetividade (projetos e aspirações pessoais);
- Insuficiência de recursos para suprir necessidades básicas e de sobrevivência;
- Dificuldade na inserção de mercado de trabalho mesmo apresentando formações e capacitações profissionais em seu país de origem;
- Insegurança alimentar;
- Falta de acesso a serviços de público específico, como crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e idosos;

⁸ “De acordo com Bauman, a política de securitização é utilizada por governantes para desviar o foco de problemas sociais fundamentais, como saúde, desemprego, seguridade social e segurança, os quais são incapazes de resolver, transferindo-o para o recorrente alvo da “crise migratória” do século XXI. Esse posicionamento, como destaca o autor, contribui apenas para a ascensão da xenofobia, uma vez que taxa os imigrantes, principalmente na Europa, como terroristas em potencial”. (CARVALHO *et. al*, 2020). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/download/69458/41244>. Acesso em 23 de junho de 2022.

- Aliciamento de rede de tráfico de pessoas, com finalidades sexuais, laborais entre outros.

Uma das dificuldades centrais ao adentrar um novo território que merece destaque é a barreira linguística acrescida da disparidade cultural. Saussure (2006, p. 16), classifica a língua como sendo um “meio de comunicação de todos os falantes”, o que implica a sua necessidade no estabelecimento de relações e a torna uma ferramenta muito útil para que se possa acolher e atender esses grupos dentro dos equipamentos e locais de entrada da política de assistência.

De maneira particularizada, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário no ano de 2016 publicou um documento⁹ que apontava os principais desafios para a oferta de serviços, programas e projetos para migrantes na rede socioassistencial. Nele estava incluso o reconhecimento da questão idiomática e de como esta era uma dificuldade para a prestação dos serviços socioassistenciais em todas as suas esferas. Tal atenção para com a questão linguística é pertinente pois, “a língua (idioma) é uma das pedras angulares nas quais repousam todas as estruturas para acolher, atender e acompanhar as demandas trazidas pelos imigrantes” (ESTIMABLE, 2019, p. 14).

De acordo com o mesmo documento constituem-se ainda como desafios para a rede socioassistencial (BRASIL, 2016):

- Orçamentos;
- Educação permanente e formação profissional;
- Rotatividade: número reduzido de equipes, adoecimento, vínculos precários de trabalho;
- Descontinuidade: ações pontuais – não transformação – complexidade das questões sociais;
- Atuação em rede (estatal e não estatal) e intersetorial.
- A organização da demanda dos migrantes dentro do rol de serviços já ofertados;
- A adoção de metodologias próprias e focalizadas que busquem atender as especificidades desse grupo sem que haja desrespeito à cultura, a sua origem para que não incidam segregações ou discriminações no atendimento;

⁹ Sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes: “este documento tem como objetivo sistematizar os debates da Câmara Técnica da CIT para a construção do entendimento sobre o papel da Política de Assistência Social no atendimento aos migrantes. Foi produzido a partir de estudos e da experiência acumulada pela Secretaria Nacional de Assistência Social no acompanhamento da temática, especificamente para esta finalidade” (BRASIL, 2016, p.2).

- A integração junto as políticas públicas as responsabilidades conjuntas e exclusivas, a fim de assegurar que as seguranças do SUAS sejam efetivas e disponibilizadas a quem delas necessitar, com o intuito de não ocorrer situações de duplicidade ou omissão de ofertas dos serviços nos diversos territórios.

Entretanto, para garantir o acesso aos direitos socioassistenciais da população migrante é necessário superar os obstáculos preexistentes e já enfrentados pela política de assistência social nacional no decorrer da história (PEROTTI, 2018). Para tal feito é requerida uma concretização do princípio da intersectorialidade, aliado ao estabelecimento de uma dinâmica de trabalho feita em rede, que traga bases sólidas e eficientes.

Também é devido pontuar que o fortalecimento dos processos internos ligados a efetividade da referência e contrarreferência entre níveis de proteção, acrescido da ampliação das capacidades técnicas e de gestão que deem ênfase aos processos de trabalho do SUAS, assim como “na capacitação e estabilidade das equipes, na segurança financeira e estrutural para a implementação da política” (PEROTTI, 2018, p. 23).

Para que a política de assistência social possa ser operacionalizada é necessário partir de um ponto inicial: o estabelecimento da comunicação e da compreensão das demandas postas pelo público migrante. Partindo desse viés, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário conjuntamente com a Secretaria Nacional De Assistência Social (SNAS) em 2016, identificaram dois desafios centrais para o poder público, cuja resolução poderia vir a facilitar essa comunicação dentro dos equipamentos de entrada do sistema assistência, sendo eles:

- A disponibilização de formulários e documentos orientadores das políticas públicas nos idiomas mais recorrentes dentre os migrantes em território nacional.
- A garantia de que a barreira linguística não seja um impedimento para o acesso aos serviços públicos, seja com contratação de profissionais que possam auxiliar no processo de tradução e interpretação, seja com a oferta de cursos de língua portuguesa para os migrantes que necessitem. Essas duas estratégias devem funcionar de maneira complementa (BRASIL, 2016, p. 25).

O reconhecimento desses desafios, a disponibilização de métodos e de meios para a operacionalização dos serviços ofertados pela política de assistência em todas os seus níveis de atuação são ímpares para reduzir o risco de revitimização do público migrante, a partir de atendimentos e procedimentos feitos de maneira errônea, que

não estejam definidos de forma assertiva e que prejudiquem em algum grau os usuários que por vezes não tem propriedade acerca dos serviços, programas e projetos ofertados.

CAPÍTULO III – “O DESEJO DE NÃO MAIS VOLTAR”: DEBATE SOBRE AS AÇÕES EMERGENCIAIS, PERMANENTES E A ATENÇÃO AOS MIGRANTES NA PNAS

Neste capítulo estão elencadas as ações emergenciais propostas pelo governo a nível local e federal, explicitando os normativos essenciais que regulam e guiam a atuação dos equipamentos e profissionais da PNAS com foco na atenção a população migrante. Debatendo de forma sequencial, foi feita uma análise acerca da atenção ao migrante na rede socioassistencial, que passou do status transitório para o permanente, visto que boa parte dos imigrantes venezuelanos expressavam a vontade de manter-se no país. Aqui também está contido o percurso metodológico percorrido na elaboração desta monografia, e traz em seu meio o objetivo de explorar as fontes de pesquisa e explicar os objetivos deste trabalho de conclusão de curso.

3.1 PROCESSO METODOLÓGICO: O CAMINHO DA PESQUISA

A pesquisa científica está ligada a um conjunto de atividades que tem como objetivo o desenvolvimento e a contribuição para o conhecimento de modo generalizável. Clark e Castro (2003, p. 67) determinam que “a pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente”.

De forma mais ampla, podemos entender a pesquisa como sendo um processo no qual o pesquisador empreende “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente” (MINAYO, 2001, p.23), pois começam a ser gestadas aproximações de modo sucessivo da realidade, apresentado uma carga histórica que acabam por refletir posições postas face a face à realidade.

Destarte, a contribuição contida nesse trabalho de conclusão de curso pode ser definida como sendo uma pesquisa básica estratégica, que tem como principal finalidade a obtenção de novos conhecimentos direcionados a áreas vastas e que visa solucionar problemas práticos já reconhecidos (GIL, 2010).

Salomon (2004, p. 152), dispõe que a pesquisa científica é um “trabalho empreendido metodologicamente, quando surge um problema, para o qual se procura a solução adequada de natureza científica”. Tal afirmativa denota que a pesquisa não

pode e não deve seguir caminhos descoordenados ou imprecisos, primando sempre pelo comprometimento e atendo-se ao método pré-determinado.

Dito isto, a metodologia proposta para reger e realizar o presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica, que busca de forma objetiva e direta resolver um problema. Determinada resolução pode ser obtida, principalmente, por meio de referenciais teóricos anteriormente publicados ou analisando e debatendo as contribuições científicas já existentes sobre o tema escolhido (BOCCATO, 2006).

Uma revisão bibliográfica não é apenas uma mera repetição do que já se sabe sobre um determinado assunto, ela subsidia ao pesquisador “meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MANZO, 1971, p.174).

Gil (2007) traz complementação a essa definição pois reitera que a mesma é realizada a partir de materiais já desenvolvidos, analisados e publicados, seja por meios escritos ou eletrônicos, o que denota uma visão estendida do assunto, sendo esta a principal vantagem da realização desse tipo de pesquisa: a possibilidade de ter ao alcance vastos conhecimentos, que permite uma análise estendida de dados e a construção de uma discussão mais efetiva e embasada.

A abordagem utilizada no decorrer da pesquisa é de caráter qualitativo, pois analisa as informações ali contidas acerca do objeto de estudo a partir de um viés valorativo e subjetivo da pesquisadora. Em consonância as afirmativas de Minayo (2001) a pesquisa de caráter qualitativo atua a partir de uma gama de significados, motivações, valores e atitudes, o que a une a processos e fenômenos intrínsecos e não pode ser reduzida a uma simples operacionalização de variáveis.

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade' entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela envolve empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO & SANCHES. 1993. p. 244).

Isto posto, o percurso metodológico desta discussão pautou-se na seguinte questão norteadora: Como a Política de Assistência Social brasileira se aplica aos imigrantes, em particular aos venezuelanos? Sendo este o pontapé inicial para o empreendimento da pesquisa e principal guia na construção da discussão aqui contida.

O objetivo geral firmou-se em analisar e compreender a Política de Assistência Social brasileira e como a mesma se posiciona diante dos fluxos migratórios nos últimos anos, com destaque para os migrantes provenientes da Venezuela.

Assim, para construir essa discussão foram delimitados três (3) objetivos específicos, sendo eles: 1) compreender a imigração enquanto expressão ligada aos desdobramentos do sistema de produção capitalista e a questão social, bem como as possíveis causas que motivam o fluxo de saída dos venezuelanos do seu país de origem; 2) discutir a construção da Política Nacional de Assistência Social pós CF-88 e de seu público usuário, bem como desvelar os desafios enfrentados pelos imigrantes venezuelanos ao acessar a PNAS; 3) pontuar a importância das ações emergenciais, permanentes e reformulações da PNAS voltadas à da garantia dos direitos sociais dos imigrantes venezuelanos.

Este trabalho teve sua estrutura dividida em três (3) capítulos, sendo o primeiro capítulo intitulado: “Movimento nas fronteiras: a imigração enquanto resultante da questão social”. Este capítulo discute a historicidade do capitalismo, o surgimento da questão social e de como a imigração é percebida como um produto das movimentações do capital que empurra os sujeitos no espaço físico e social de acordo com sua necessidade de acumulação.

O segundo capítulo tem por título: “Para quem dela necessitar: a Política De Assistência Social no Brasil e os imigrantes venezuelanos”. Neste capítulo é retratada a PNAS, sua construção, seu arcabouço legal e qual é o seu público usuário. Também está inserida nesta discussão a inclusão dos imigrantes, com destaques para os venezuelanos, como partícipes dos assistidos pela política.

O terceiro capítulo foi nomeado como: “‘O desejo de não mais voltar’: debate sobre ações emergenciais e permanentes da política de assistência social voltadas aos imigrantes venezuelanos”. Este capítulo pontua as ações emergenciais e permanentes, as reformulações feitas na PNAS e a sua operacionalização frente as demandas postas pelos imigrantes venezuelanos que decidem fixar-se em solo brasileiro e necessitam da assistência.

O período compreendido desde a gestação do projeto de pesquisa até a finalização da monografia perfaz um total de 8 meses. Este percurso iniciou-se a partir da escolha do tema, da delimitação do objeto de estudo e da discussão a ser tratada, a seleção dos conteúdos e autores, a análise dos dados e por fim a elaboração do texto final. Foram citados no decorrer da pesquisa autores como: Marx (2005), Sayad

(1998), Iamamoto (2001), Castelo (2010), Sposati (2009), Yazbek (2010), Chauí (2007), Rocha (2020), Bauman (2017) e Huberman (1936).

3.2 AÇÕES EMERGENCIAIS E PERMANENTES: A GARANTIA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS PREVISTOS PELA PNAS DOS MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL

Desde 2010, ano em que os habitantes do Haiti passaram a sair do país em decorrência do terremoto de magnitude 7,0 na escala Richter¹⁰, um percentual de, aproximadamente, 85 mil haitianos vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida (FERNANDES; FARIA, 2016). A partir dessa ocorrência é perceptível que a assistência vem se aprimorando no que diz respeito ao atendimento e as ações direcionadas a esse público que apresenta reivindicações de caráter emergencial.

Os fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos nos últimos anos passaram a ser tidos como situações de emergência, pois “perante uma demanda por acolhimento provisório de proporções muito superiores às capacidades locais de atendimento, em um período curto, para estruturação de uma rede de acolhimento até então inexistente” (MDS, 2016). Em meio ao expressivo aumento das demandas postas pela entrada de venezuelanos no território brasileiro, a assistência social passou a buscar alternativas que ampliassem a atuação e a abrangência de suas ações socioassistenciais junto a este grupo, de maneira igualitária tanto no atendimento quanto no acesso aos direitos sociais.

De acordo com Perotti (2018) as abordagens e os atendimentos em situações de emergência estavam centralizados em determinados territórios que acabavam por reunir um número expressivo dessa população e necessitavam de respostas imediatas, sendo o tempo limitado para a realização de atendimento as suas necessidades. Sendo a prerrogativa das situações emergenciais ligada ao repasse imediato de recursos vindos diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os estados e municípios mais afetados exigindo um aporte singular de recursos tanto financeiros, como humanos e materiais.

¹⁰ <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/terremoto-no-haiti/>, acesso em 21/04/2022

Para que tal ação fosse realizada houve uma deliberação balizada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), onde estavam dispostas as competências dos entes federativos nessas situações de calamidade públicas tipificados pelo SUAS. Os artigos da LOAS que tratam desse caráter emergencial, atribuindo à União, aos Estados e aos Municípios a responsabilidade das ações voltadas as ações emergenciais estão dispostas a partir do art. 12 até ao 15.

A figura 1 denota de forma sequencial as ações federais de Assistência Emergencial aos imigrantes venezuelanos:

Figura 1 – Ações federais de Assistência Emergencial aos imigrantes venezuelanos:



Fonte: Ministério da Cidadania, 2021.

Logo, a PNAS buscou dar prioridade a expansão da rede de serviços já ofertados, com ênfase na dimensão da proteção social, particularmente na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pois esse serviço atua diretamente no asseguramento das necessidades primárias dos indivíduos, pois não permite que os assistidos fiquem em situação de rua, prima pela privacidade, subjetividade e pela cultura de cada um, oferta um atendimento personalizado e favorece uma integração tanto do convívio familiar quanto do comunitário a partir de um ambiente coletivo (ROCHA, 2020).

Na proteção social de alta complexidade, o serviço de atendimento aos migrantes é realizado, principalmente, nas unidades de acolhimento para adultos e famílias, não sendo excluídos migrantes de unidades de outros públicos (BRASIL, 2016).

Como dito anteriormente, em consequência da vinda de um expressivo número de haitianos para o Brasil foi sendo desenhado um caminho legal, composto principalmente por portarias, resoluções e ofícios que balizavam o atendimento e a aplicação dos serviços dispostos pela assistência social para os imigrantes. A figura 2 especifica esse conjunto de forma linear, entre os anos de 2012 a 2015:

Figura 2 – Atuação da SNAS doravante os fluxos migratórios no Brasil entre os anos de 2012 a 2015.

2012 – Portarias nº8 e 244	●	Repasse de recursos federais para Acre e Amazonas em razão da entrada de imigrantes haitianos.
2013 – Resoluções nº7 e 12, da CIT e CNAS, e Portaria nº90	●	Previsão de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências Sociais.
2014 – Ofício Circular Conjunto nº2, da SNAS e SENARC	●	Esclarece a viabilidade de cadastramento e concessão do Programa Bolsa Família aos estrangeiros.
2014 – Resoluções nº2 e 11, da CIT e CNAS, e Portaria nº70	●	Expansão de cofinanciamento federal para Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias aqueles entes identificados como rota de destino de migrantes.
2015– Câmara Técnica	●	Realização de Câmara Técnica na CIT "O papel da assistência social no atendimento aos migrantes".

Fonte: Ministério da Cidadania, 2019.

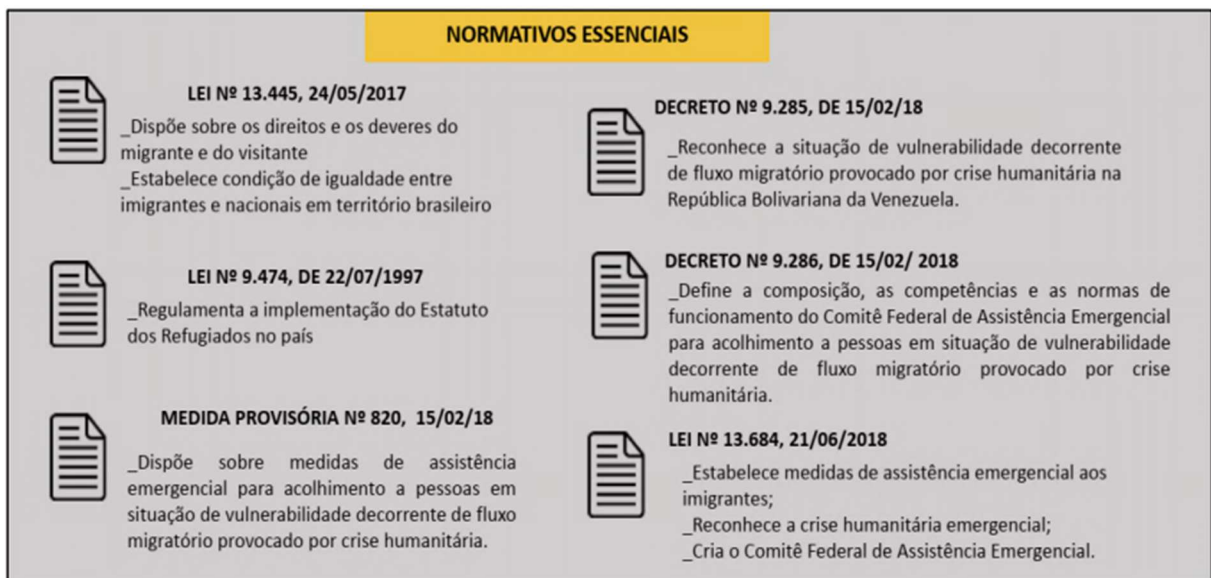
A partir de 2016, esse conglomerado de normativas foi aperfeiçoado e expandido dando materialidade para atender os imigrantes venezuelanos. Um material¹¹ publicado pelo projeto Aprimorando a Governança Migratória no Brasil, da OIM em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2020, dispõe em seu texto acerca da equidade como um dos princípios fundamentais que

¹¹ Material contido no endereço eletrônico: <https://www.ufrgs.br/migracidades/wpcontent/uploads/2020/03/Folder-Migracidades-4-Vers%C3%A3o-Web.pdf>, acesso em: 29/04/2022.

guiam a Assistência Social no Brasil e sua aplicação. O documento afirma que os serviços socioassistenciais que são “ofertados aos migrantes devem levar em conta o respeito às diversidades nacionais, regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social” (2020, p. 3)¹².

A figura 3 denota os normativos essenciais no tocante a construção de um sistema inclusivo e equitativo que traga a garantia proteção, garantia e promoção de direitos dos migrantes:

Figura 3 – Normativos essenciais



Fonte: Ministério da Cidadania, 2019.

Dentre as normativas apresentadas na figura 2, é válido destacar a Lei Nº13.684 de 21/06/2018 que em seu texto traz medidas próprias para o acolhimento de indivíduos que a partir do processo de imigração apresentam-se em situação de fragilidade e vulnerabilidade. O objetivo principal dessa lei é:

Articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos (BRASIL, 2018a, p. 1).

¹² Vide nota de rodapé número 7.

A inclusão dos imigrantes dentro do Programa Bolsa Família foi um marco e um avanço. De acordo com um documento publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em 2016 que em seu texto prevê essa inserção: “o MDS ressalta que não existe óbice ao cadastramento e concessão de benefícios para estrangeiros, que são público das políticas sociais da mesma forma que os nacionais, desde que atendidos os aspectos de vulnerabilidade social” (MDS, 2016). Para que os imigrantes sejam incluídos no programa, basta que estejam cadastrados no Cadastro Único de Programas Sociais e correspondam aos critérios básicos do programa.

O reconhecimento e a liberação do acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos estrangeiros foi extremamente significativo e uma grande conquista para a proteção básica. O Recurso Extraordinário 587970, de 20 de abril de 2017 – publicado pelo Supremo Tribunal Federal, concluiu com base no artigo 5º da Constituição Federal que dispõe acerca dos direitos iguais dos cidadãos brasileiros e de pessoas de nacionalidades diversas. Entretanto o Decreto nº 6.214/2007 negava esse direito e impedia o acesso ao benefício por pessoas estrangeiras.

A Portaria nº 2 de 15 de maio de 2019, formulada pelos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho, dispõe em seu texto o reconhecimento da necessidade acerca da obrigatoriedade da promoção da documentação das crianças migrantes, que estabelece que “o pedido de residência pode ser feito por qualquer um dos pais, representantes ou assistentes legais, de forma isolada ou em conjunto” (texto oficial da Portaria N°2, de 15/05/2020).

Tal dispositivo jurídico baseia-se na preocupação com o bem-estar da criança migrante, pois o próprio ato de migrar em si tem um grande impacto na vida das pessoas de modo geral e viver este processo na infância e adolescência pode ser mais dificultoso. Todas as crianças requerem uma atenção especial e mais focalizada.

Nesse caso é imperioso verificar se mesmo vivendo o movimento migratórios elas porventura “estão tendo seus direitos violados; se estão documentadas; se frequentam escola; se estão fazendo acompanhamento de saúde e estão com as vacinas em dia; se têm oportunidades de lazer” (OIM, 2020). Determinado acompanhamento se faz necessário e tem caráter de urgência pois a incidência de crianças imigrantes desacompanhadas é alta. Essas situações inspiram delicadeza no cuidado e reconhece-se a necessidade da proteção do Estado tanto para reunir

essa família novamente como para que essa criança possa acessar os serviços que garantam sua segurança física e psicológica.

Outra mudança considerável foi a reformulação feita pelo então Ministério de Desenvolvimento e combate à Fome (BRASIL, 2016), que era voltada à orientação dos atendimentos direcionados aos migrantes. Princípios como a valorização, inclusão e respeito as especificidades e particularidades desse público foram reiteradas, a partir dos conceitos de universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e a equidade.

- a) Universalidade: todos os migrantes têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- b) Gratuidade: a assistência social aos migrantes deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;
- c) Integralidade da proteção social: o migrante tem direito a oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (com ressalvas para o Benefício de Prestação Continuada que é previsto apenas para brasileiros natos ou naturalizados, conforme estabelece o Decreto nº 6.214/2007);
- d) Intersetorialidade: a oferta de serviços socioassistenciais aos migrantes deve se pautar pela integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;
- e) Equidade: os serviços socioassistenciais ofertados aos migrantes devem levar em conta o respeito às diversidades nacionais, regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social (BRASIL, 2016, p.17).

A atenção ao migrante transitou principalmente do campo das calamidades para o cotidiano dos fluxos e rotinas de atendimento da rede socioassistencial em toda a extensão territorial, ou simplesmente, para onde esta demanda seja direcionada. Dito isso compreendemos que a abordagem da assistência social passa adquirir um caráter duradouro e processual.

Conseqüentemente, o atendimento ao migrante deve apresentar transversalidade no que diz respeito a estrutura de programas, benefícios e serviços que já estão estabelecidos e aptos a serem operacionalizados de forma própria a indivíduos e/ou famílias que encontrem-se em situação de vulnerabilidade (PEROTTI, 2018).

Em outras palavras, num primeiro momento, dentro do campo de atuação da assistência, é interessante não só somente estruturar e passar a ofertar serviços direcionados ou exclusivos aos migrantes, mas sim de construir condições que assegurem o acesso deste público à rede socioassistencial que já existe. Tal inserção

reafirma que a política de assistência reconhece o indivíduo migrante como sujeito de direitos, não levando em conta sua situação migratória e regularidade, o pondo em pé de igualdade aos demais brasileiros naturais.

Em suma, os direitos sociais e as seguranças sociais contidas no Sistema Único de Assistência Social devem ser acessados de igual maneira (BRASIL, 2016). O quadro 3 especifica as seguranças sociais previstas pelo SUAS e como cada uma pode ser utilizada dentro da rede socioassistencial para o atendimento de migrantes.

Quadro 3 – Seguranças afixadas pela Assistência Social e suas respectivas aplicações:

SEGURANÇAS AFIANÇADAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS RESPECTIVAS APLICAÇÕES	
Segurança da acolhida	Deve garantir alojamento para aqueles que, por quaisquer circunstâncias, estejam em situação de abandono ou ausência de moradia. Pressupõe, ainda, condições de recepção e escuta profissional qualificada nos equipamentos e serviços.
Segurança do convívio	Busca impedir o isolamento e afirmar e fortalecer relações de sociabilidade, reconhecimento social, troca e vivência, seja na família ou na comunidade
Segurança da renda e sobrevivência	Implica tanto na garantia de acesso a uma renda mínima, seja para as famílias pobres ou para idosos ou pessoas com deficiência, impossibilitados para o trabalho quanto benefícios eventuais, como nos casos de calamidade, carências ou urgências específicas.
Segurança da autonomia	Visa atuar na promoção do protagonismo, participação e acesso a direitos.
Segurança do apoio e auxílio	Exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais.

Fonte: Perotti, 2018.

Uma construção estratégica contribui invariavelmente para a escolha de um direcionamento efetivo, visto que o atendimento aos migrantes deve estar garantido em todos os níveis de proteção e em suas subdivisões. É importante estar alinhado e seguir de acordo com as demandas apresentadas (BRASIL, 2016).

A política de assistência social deve ter sua operacionalização feita a partir da proteção integral ao migrante, ou seja, não de forma isolada e pontual, mas inserida na intersetorialidade de suas ações (ROCHA, 2020). Esse pensamento é corroborado

pelo atual Ministério da Cidadania, pois o mesmo por meio da Assessoria para Assuntos de Imigração Secretaria Nacional de Assistência Social publicou no ano de 2020 um documento que dispunha que a proteção social era composta por ações intersetoriais. No mesmo documento estava disposto quais ações devem ser desempenhadas, todas inclusas no Sistema Único de Assistência Social. São elas:

- Inserção CadÚnico;
- Articulação para apoio em documentação (PF, Defensorias);
- Atendimento qualificado e desenvolvimento de vínculos para compreender as demandas e encaminhamento para os serviços socioassistenciais conforme necessidade;
- Verificar benefícios socioassistenciais continuados possíveis
- Verificar benefícios eventuais;
- Organizar acolhimento emergencial, quando necessário (estruturas existentes ou novas; parcerias);
- Verificar ações de outras políticas públicas existentes no território;
- Buscar parcerias com organismos internacionais e outras organizações da sociedade civil atuantes no tema;
- Buscar envolvimento da toda a sociedade;
- Buscar parcerias com empresários/as;
- Buscar parcerias para fomento da economia solidária (BRASIL, 2021).

A partir dessas informações sobre as normativas publicadas, leis, dispositivos jurídicos e reformulações feitas após os grandes fluxos migratórios – tanto de haitianos inicialmente, quanto de venezuelanos nos últimos anos – é possível observar e compreender que a política de assistência social precisou buscar adequações de forma emergencial para seus instrumentos, bem como uma ressignificação de seus serviços (ROCHA, 2020), para que assim, pudesse responder e atender de forma satisfatória e efetiva as demandas posta por essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principal foco a atenção ao migrante venezuelano na Política Nacional De Assistência Social. Este tema abriu espaço para a realização de um debate acerca da questão social e suas expressões, que são manifestadas a partir dos desdobramentos da economia mundial, dos avanços e da dominação exercida pelo Capital. Dito isso, foi de importância ímpar perfazer no alvorecer da pesquisa o traçado histórico que trata do estabelecimento do capitalismo enquanto principal modo de produção e de consumo, pois a partir de suas ofensivas os sujeitos são obrigados a vender sua força de trabalho e tornam-se reféns dos movimentos migratórios para que assim possam subsistir.

Desde a gênese desse sistema os indivíduos são “empurrados” de acordo com as demandas e as necessidades próprias do Capital. Tal ato materializa-se nos movimentos de emigração, ou seja, a saída do lugar de origem em busca de condições de sobrevivência. Esse fenômeno não limita-se somente a contemporaneidade, como dito no início deste parágrafo, ele é percebido desde as protoformas do sistema capitalista. Um exemplo foi o grande êxodo rural, onde camponeses expropriados de suas terras foram forçados a migrar, resultando nas formações das cidades, conseqüentemente no aumento dos contingentes populacionais e posteriormente, no acirramento das expressões da questão social vivenciadas pelos que migram, pelos que ficam para trás e também para a comunidade que os recebe.

A partir dos estudos realizados, foi possível compreender que a crescente emigração venezuelana é resultante direta da ampliação da crise econômica mundial, da desvalorização do preço a nível global do principal produto de exportação da venezuelana: o petróleo e da grave crise política vivenciada no país. A profunda queda do PIB per capita, a diminuição da produção e da oferta de serviços traduziram-se invariavelmente no aumento da pobreza e das desigualdades naquele território, sendo o saldo dessa grande depressão a evasão de mais de cinco milhões de venezuelanos.

Com esse cenário de pano de fundo, o Brasil por ser um país fronteiro a Venezuela, passou a receber de forma jamais vista e em um curto período de tempo um alto número de migrantes já em situação de vulnerabilidade e risco social, pois vinham de um país onde as violações de seus direitos sociais eram vividas de forma cotidiana.

Durante a pesquisa foi perceptível o entendimento da governança a nível local e a nível federal de que a aplicação da PNAS seria fundamental para responder as demandas postas por essa população, visto que a mesma parte do princípio da universalidade, é disponibilizada para quem dela necessitar e não deve-se ater a questões de nacionalidade, sendo o migrante tão sujeito direitos quantos brasileiros naturais. Com isso em vista, a discussão voltada a construção e estruturação da PNAS e das lacunas presentes na atenção ao migrante, trouxe a consciência da extensão de sua atuação e de quem constitui-se como seu público usuário.

Ao analisar materiais e documentos sobre a questão migratória, foi percebido que ao adentrarem os limites do território brasileiro e mesmo durante o percurso feito, os migrantes venezuelanos são atingidos por dificuldades, sejam elas as mais pungentes: diferenças culturais, disparidade idiomática e impecílios na comunicação, ocorrências de situações de xenofobia e discriminações, falta de moradia, problemas de inserção no mercado de trabalho, insegurança alimentar, laços familiares e comunitários rompidos, tráfico de pessoas, exploração laboral e sexual, entre outros. Isto posto, percebe-se o quão fragilizado esse público está e como uma atuação bem estruturada da rede socioassistencial pode impactar na realidade dessa população.

Para tal intervenção foi feito inicialmente, de forma emergencial, ações federais e medidas provisórias que ordenavam, acolhiam e interiorizavam os imigrantes venezuelanos. Essas iniciativas buscavam melhor atender às demandas que necessitavam de respostas rápidas. Concomitantemente foram sendo formuladas outras ações, normativas, leis, decretos e reformulações, que acabaram por contribuir para a idealização de um sistema mais inclusivo e equitativo que visa a garantia e promoção de direitos em todos os níveis de proteção.

Foi identificado que os maiores desafios para a rede socioassistencial constituem-se em prevenir situações de vulnerabilidade e de risco, proteger os indivíduos de violações de direitos e ofertar um sistema articulado e qualificado que atue de forma intersetorial e engajado. De forma final, após o fechamento da realização da pesquisa, foi possível constatar que o principal desafio posto a política de assistência social no Brasil, de forma particularizada na política migratória, é o de atuar de forma qualificada em meio ao debate desta temática. Ela deve buscar em sua intervenção a proteção dos direitos dos migrantes e posicionar-se contra qualquer conduta que fira esses direitos, assumir seu papel na construção progressiva de uma

consciência social e humanitária entre os atores que compõem a totalidade da assistência social e a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Dados sobre o refúgio no Brasil.** 2019. <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em 19 abr. 2022.
- ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- BARBOSA, R.F. **Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração.** Revista espaço acadêmico, Paraná, 2017.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à Nossa Porta.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BEHRING, E.R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.
- BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 145.** Brasília, 2004. p. 27.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília: DF.
- BRASIL, **Lei nº 13.684, 21 de junho de 2018.** Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Cidadania, **Ações e Programas.** www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1, acesso em 21/04/2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes.** Brasília: MDS, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. **Folder Migracidades,** 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/wpcontent/uploads/2020/03/Folder-Migracidades-4-Vers%C3%A3o-Web.pdf>, acesso em: 29/04/2022.
- BRASIL. **Proteção Social e o atendimento à população imigrante e refugiada na política de Assistência Social.** Ministério da Cidadania/ Assessoria para Assuntos

de Imigração Secretaria Nacional de Assistência Social. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/OneDrive/Documentos/2168316_Apresentacao_Monica_Alves_Silva.pdf. Acesso em 06 de maio de 2022.

CARVALHO, R.R.; DUARTE, C.A.S; JACOB, J.B.A.M; ZOLIN-VESZ, F. **RESENHA BAUMAN, Z. Estranhos à nossa porta**. Revista X, v. 15, n. 3, p. 220-223. Paraná, 2020.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis, Vozes. 1998.

CASTELO, R. **A questão social nas obras de Marx e Engels**. Revista praia vermelha, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, p. 85-94, jan-jun. 2010.

CASTELO, R.; RIBEIRO, V.; ROCAMORA, G. **Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro**. Serv. Soc., São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/f45LPLk5cPpmMJKnwPZ6rQR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 abr. 2022.

CASTRO, M.C.; FERNANDES, D.; SILVA, J. **Fluxos migratórios na fronteira e os desafios para a Assistência Social: instrumentos e políticas**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ ES. 2018.

CHAUÍ, M. **A história no pensamento de Marx**. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, J.; GONZALES, S. (Org.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.143-165.

CLARK, O.A.C.; CASTRO, A.A. A pesquisa. Pesquisa Odontológica Brasileira. 2003;17(Supl 1):67-69. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pob/a/Y7Zwy8rNNVf6TS6Sv78v6SN/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 24 de abril de 2022.

COUTO, B.R; YAZBEK, M.C; RAICHELIS, R. **A Política de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: COUTO, B.R; YAZBEK, M.C; RAICHELIS, R. SILVA, M.O.S. (Org.). Sistema Único de Assistência Social No Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2017.

ESTENSSORO, L. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.

ESTIMABLE, C. **A mediação cultural no atendimento psicossocial aos imigrantes e refugiados na perspectiva das trabalhadoras de um centro de referência de assistência social**. Artigo apresentado ao curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel. Florianópolis, 2020.

FERNANDES, D.; FARIA, A. **A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil.** In: BAENINGER, Rosana et al. (org). Imigração haitiana no Brasil. Campinas: NEPO/Unicamp, 2016. pp.-95112.

FERNANDES, D.; RIGOTTI, I. **Brasileiros na Europa: notas preliminares.** In: CONFERÊNCIA BRASILEIROS PELO MUNDO, 1., 208, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2008.

FIGUEIRA, R. **Razões da Xenofobia.** In Migrações Venezuelanas. Nepo/Unicamp, 2018.

G1. **Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército.** <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-aposconfronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: 19.04.22.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1936.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2001.

ICMPD - International Center for Migration Policy Development. **Migração Brasil-Europa: a situação dos imigrantes brasileiros retornados da Europa no início do Século XXI.** Viena. 2013.

JACCOUD, L. **Proteção social no Brasil: debates e desafios.** In: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** (Org.). Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: 2009, p. 57-86.

JARDIM, D.F. **Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras.** 1. Ed. – eBook – Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uiNFDwAAQBAJ&pg=PT101&lpg=PT101&dq>. Acesso em 12 abril de 2022.

LESSA, D.K.P.F.T.M. **Direitos Fundamentais do Migrante Internacional: Mudança de Paradigma Legislativo Frente ao novo Contexto Migratório Global.** 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

MAGALHÃES, L.F.A. **Migração internacional e remessas de migrantes: elementos para uma análise Marxista.** Paraná: 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média.** Rio de Janeiro: Campus. 1989.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

MINAYO, M. C. de; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MONTAÑO, C. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. IN: Revista Serviço Social & Sociedade (110). São Paulo: Cortez, 2012.

MOOJEN, V. P. **A especificidade da Política de Assistência Social no Atendimento a imigrantes internacionais**. Caxias do Sul, Jul. 2013.

MOURA, H. A. (coord.) **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

NETTO, C.R.S.; REIS, R.P. **Políticas econômicas dos países emergentes na crise de 2008: uma análise sobre coordenação e o papel da governança global**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2011, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100050&script=sci_arttext. Acesso em: 11 abr. 2022.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. OIM. Organização Internacional para a Migração. **Fatores positivos e obstáculos para a reintegração sustentável no Brasil**. Lisboa, 2013.

OIM. Organização Internacional Para As Migrações – BRASIL. **Política de Migração e Refúgio do Brasil Consolidada**. Brasília, 2017. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/politica_de_migracao_e_refugio_do_brasil_consolidada_vol.1_0.pdf. Acesso em 07 abr. 2022.

OIM. Organização Internacional Para As Migrações – BRASIL. **Protocolo de assistência a migrantes em situação de vulnerabilidade**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/humantrafficking/GLOACT/OIM_Protocolo. Acesso em 07 abr. 2022.

PAIVA, R.B.A. **A tragédia econômica venezuelana**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/a-tragedia-economica-venezuelana>. Acesso em: 04 mai. 2022.

PEIXOTO, J.; SILVA T. **O acesso dos imigrantes brasileiros aos direitos em Portugal**. Lisboa: ICMPD, 2013.

PEROTTI, A. **Assistência social na atenção ao migrante e refugiado: especificidades e desafios**. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/10252018032436-t30.texto.modulo.04.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2022.

PIMENTEL, E. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

RUFINO, P.M. **A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista.** 2019. 98f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2019.

ROCHA, K.B.A. **O trabalho profissional dos assistentes sociais com os venezuelanos em situação de imigração e refúgio: os desafios na Proteção Social especial da Política de Assistência Social em Manaus.** 2020. 186f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2020.

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia.** 11. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo, para uma nova cultura política.** 4ª volume. São Paulo: Cortez, 2006.

SAYAD, A. **A Imigração.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHMITZ, A. **A migração como expressão da questão social: um estudo a partir da população atendida no núcleo de apoio à família.** Florianópolis: UFSC, 2009.

SILVA, F. R.; LIMA, C.F.; FERNANDES, D. **Um panorama geral dos imigrantes: haitianos, congolezes, senegaleses e ganeses.** In: BAENIGER, Rosana et al. (org.). Migração Sul-Sul. Campinas: NEPO; Unicamp, 2018. pp.420-433.

SILVA, M.B. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo.** São Paulo, 2014.

SILVA, T.H. **Os desafios da assistência social em Ponta-Porã/MS.** 2019. 132f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos, da Faculdade de Direito e Relações Internacionais/ FADIR – UFGD. Mato Grosso do Sul, 2019.

SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes.** In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009.

STUCHI, C.G. **O reconhecimento do direito à Assistência Social.** In: OLIVINDO, Karoline A. F; ALVES Sandra M. C., ALBUQUERQUE, Simone A. Olhares sobre o direito à assistência social. Brasília, DF: Fiocruz Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015.

VAZ, A.C. **A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: Perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços.** [S.l]: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2017. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ceeexae/article/view/1171> Acesso em: 22 abr. 2022.

VITORINO, C.A; VITORINO M., W.R. **Xenofobia: política de exclusão e de Discriminações.** *Revista Pensamento Jurídico* – São Paulo – Vol. 12, Nº 2, jul./dez. 2018.

WEBER, R. **Conceitos para pensar as imigrações, velhos e novos.** *História Debates e Tendências, Passo Fundo*, V. 19, N. 2, P. 213-224, mai/ago, 2019.

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social.** São Paulo, 2018.

YAZBEK, M.C. **Serviço Social e pobreza.** *Revista Katalysis, Florianópolis*, v.13, n. 2, 2010 (Editorial).

ZERO, M. **Para entender a Venezuela.** 2017. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/para-entender-a-venezuela/>. Acesso em: 28 mar. 2022.